



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº 90002/2026

Processo nº 02810023.003493/2024-48

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

UASG: 925538

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD, responsável pela fase externa das licitações oriundas da INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E MEIO AMBIENTE DO RN - IDEMA, através do seu Pregoeiro Oficial, designado pelo Ato nº 188/2025, em conformidade com a Portaria Conjunta - SEI nº 07, de 06 de março de 2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

DATA: 20/02/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10 horas

SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.057.088,30 (um milhão, cinquenta e sete mil, oitenta e oito reais e trinta centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

ÍNDICE

[1. DO OBJETO](#)

[2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)

[3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)

[4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)

[5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)

[6. DA FASE DE JULGAMENTO](#)

7. [DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)

8. [DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS PARA ASSINATURA DO CONTRATO](#)

9. [DOS RECURSOS](#)

10. [DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)

11. [DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)

12. [FISCALIZAÇÃO, GESTÃO DO CONTRATO E ENTREGA DO OBJETO](#)

13. [CONDIÇÕES DE PAGAMENTO](#)

14. [DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

1. DO OBJETO

- 1.1. Tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle da aquisição de combustíveis — Diesel S-10, Gasolina Comum e Arla 32 — em rede de postos credenciados, por meio da implantação e operação de sistema informatizado e integrado (software), com utilização de cartão magnético ou microprocessado, destinado a suprir as necessidades operacionais do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA.
- 1.2. Considerando a essencialidade e a natureza contínua dos serviços de gerenciamento e controle do abastecimento de combustíveis para a manutenção das atividades institucionais do IDEMA, a contratação será realizada sob o regime de prestação continuada por demanda, pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, observado o limite máximo de vigência decenal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a manutenção da vantajosidade econômica e o atendimento ao interesse público e ao princípio da eficiência administrativa.
- 1.3. O presente processo licitatório será realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tendo em vista que o objeto se enquadra como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. A execução do contrato observará a alocação de riscos definida no Termo de Referência, nos termos do art. 103 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. Os quantitativos estimados dos combustíveis objeto da contratação encontram-se discriminados em tabela constante do Termo de Referência e deverão ser considerados como parâmetros máximos, uma vez que o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a efetiva demanda da Administração, não gerando obrigação de consumo integral.
- 1.7. A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada em Estudo Técnico Preliminar - ETP e Termo de Referência previamente elaborado e aprovado pela Administração, o qual avaliou as alternativas disponíveis no mercado e justificou a solução adotada, integrando o processo administrativo da contratação como apêndice do Termo de Referência, para todos os fins, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	SERVIÇO	UND.	QUANT.
1	Gasolina Comum	Litros	33.600 litros
2	Óleo Diesel S10		120.000 litros
3	Arla 32		200 litros

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br (www.gov.br/compras, mediante utilização de certificado digital válido, emitido por autoridade certificadora credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
- 2.1.1. Os licitantes deverão atender a todas as condições exigidas para cadastramento e habilitação no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento das propostas, observadas as disposições deste Edital e de seus anexos.
- 2.2. O licitante é responsável exclusiva e integralmente pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive aqueles praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo qualquer responsabilidade ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do licitante manter atualizados e corretos os seus dados cadastrais nos sistemas mencionados no item 2.1, devendo proceder imediatamente à correção ou à alteração de registros sempre que verificar incorreções ou desatualizações.
- 2.4. A inobservância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante na fase de habilitação.
- 2.5. Será assegurado tratamento favorecido e diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas de que trata o art. 16 da Lei nº 14.133/2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física, ao microempreendedor individual - MEI e equiparados, nos limites previstos no art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 675/2020, desde que atendidas as condições legais e regulamentares.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. aqueles que não atendam às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

2.6.2. o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a eles relacionados;

2.6.3. a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela relacionados;

2.6.3.1. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e as empresas referidas nos itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar apenas no apoio às atividades de planejamento da contratação, de condução da licitação ou de gestão contratual, desde que sob supervisão direta e exclusiva de agentes públicos.

2.6.3.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6.3.3. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviços que incluam, como encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, ou apenas do projeto executivo, nos demais regimes de execução previstos em lei.

2.6.4. a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, em decorrência de sanção administrativa ou judicial;

2.6.4.1. O impedimento aplica-se também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o objetivo de burlar a efetividade da sanção aplicada, inclusive suas controladoras, controladas ou coligadas, desde que comprovada a prática ilícita ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação irregular de adolescentes, nos termos da legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.8.1. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica ao órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista a natureza do objeto, conforme disposto no Termo de Referência;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, participe da licitação ou da execução do contrato em situação que configure conflito de interesses, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021 e da legislação correlata.

2.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de sancionados por essas entidades ou que tenha sido declarada inidônea, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e envio de lances, conforme a sistemática prevista na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável ao Pregão Eletrônico.

3.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Compras.gov.br, a proposta inicial contendo o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento definido neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e envio de lances, os licitantes deverão encaminhar, simultaneamente, a proposta e os documentos de habilitação, conforme os prazos e as condições estabelecidas neste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

3.4.1. está ciente e concorda com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e que a proposta apresentada contempla a integralidade dos custos necessários para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto, incluindo direitos trabalhistas, condições de segurança no trabalho e todas as obrigações legais pertinentes;

3.4.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, conforme o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

3.4.3. não possui empregados submetidos a trabalho degradante ou forçado, conforme os artigos 1º e 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme normas específicas.

3.5. O licitante constituído sob a forma de cooperativa deverá declarar que atende aos requisitos do artigo 16 da Lei

nº 14.133/2021, em campo próprio do sistema eletrônico.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar que atende aos requisitos previstos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto no § 1º do artigo 4º da Lei nº 14.133/2021 e na Lei Complementar Estadual nº 675/2020.

3.6.1. Nos itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a negativa de enquadramento, assinalada no sistema eletrônico, impossibilitará o prosseguimento do licitante no certame para o respectivo item.

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a negativa de enquadramento acarretará a impossibilidade de usufruir do tratamento favorecido, mas o licitante poderá prosseguir com a proposta, caso atenda aos demais requisitos do Edital.

3.7. A prestação de informações falsas quanto ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema eletrônico e, quando for o caso, os documentos de habilitação, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na fase de apresentação das propostas e dos documentos de habilitação. A classificação ocorrerá apenas após a abertura da sessão pública e o encerramento da fase de envio de lances.

3.10. Os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados serão disponibilizados para acesso público após o encerramento da fase de lances, conforme as disposições do sistema eletrônico.

3.11. Caso o sistema eletrônico permita, o licitante poderá parametrizar, no momento do cadastramento da proposta, o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo, observadas as regras de:

3.11.1. aplicação do intervalo mínimo de diferença entre os lances, tanto intermediários quanto para cobrir a melhor oferta;

3.11.2. envio automático de lances, respeitando o valor ou percentual final máximo parametrizado, conforme o intervalo mínimo definido.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. o registro de valor superior ao último lance ofertado, quando adotado o critério de julgamento por menor preço global;

3.12.2. o registro de percentual de desconto inferior ao último lance ofertado, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo será confidencial em relação aos demais licitantes e ao órgão promotor da licitação, podendo ser acessado apenas por órgãos de controle interno e externo.

3.14. O licitante deverá acompanhar todas as operações realizadas no sistema eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo ou a segurança de suas credenciais de acesso, para adoção das providências cabíveis.

3. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico compras.gov.br, mediante o preenchimento dos campos próprios, contendo, conforme o caso, os valores unitários e o valor total do item, cuja soma corresponderá ao valor total do grupo, observados os critérios definidos neste Edital e no Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto constantes da proposta integram-na para todos os efeitos legais e vinculam o licitante, nos termos do Termo de Referência.

4.3. Nos valores ou percentuais ofertados deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como despesas operacionais, administrativas, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, taxas de administração e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços.

4.4. Os valores e percentuais apresentados na proposta inicial e na etapa de lances são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração posterior sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Caso o regime tributário da empresa implique recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a composição da proposta deverá considerar a média dos percentuais efetivamente recolhidos nos últimos 12 (doze) meses, observada a legislação vigente.

4.6. Independentemente dos percentuais de tributos considerados na proposta, no momento do pagamento serão efetuadas as retenções na fonte previstas na legislação aplicável.

4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do regime de tributação do Simples Nacional, desde que atendidas as condições legais para tanto.

4.8. A apresentação da proposta implica a aceitação integral das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e na minuta de contrato, bem como o compromisso do licitante vencedor de executar o objeto em conformidade com as especificações exigidas.

- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes deverão observar os preços máximos admitidos nas normas que regem as contratações públicas, quando aplicáveis.
- 4.8.3. Quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, o valor resultante da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos eventualmente estabelecidos.
- 4.9. O descumprimento das regras relativas à formação de preços ou à execução contratual sujeitará o licitante ou a contratada às sanções administrativas previstas neste Edital, na minuta de contrato e na legislação vigente, observado o devido processo legal.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação ocorrerá automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico Compras.gov.br, na data, horário e endereço eletrônico indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e, quando aplicável, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema eletrônico disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes durante todas as fases da licitação.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e do respectivo valor ou percentual registrado.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item ou pelo percentual de desconto, conforme o critério de julgamento definido neste Edital.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observadas as regras estabelecidas neste Edital e no sistema eletrônico.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance com valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, aplicável tanto aos lances intermediários quanto àquele que cobrir a melhor oferta, será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).
- 5.9. O licitante poderá excluir seu último lance ofertado no prazo de até 15 (quinze) segundos após o respectivo registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance manifestamente inconsistente ou inexequível, nos termos das regras do sistema.
- 5.10. O envio e o julgamento dos lances observarão o modo de disputa definido neste Edital e as funcionalidades do sistema eletrônico.
- 5.11. Quando adotado o modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas, na forma prevista no sistema eletrônico.
- 5.12. Quando adotado o modo de disputa aberto e fechado, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, seguidos de lance final e fechado, observado o procedimento definido no sistema eletrônico.
- 5.13. Quando adotado o modo de disputa fechado e aberto, somente participarão da etapa aberta os licitantes classificados conforme os percentuais definidos pelo sistema eletrônico.
- 5.14. Encerradas as etapas de envio de lances, o sistema eletrônico ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 5.16. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor da melhor oferta registrada, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. Na hipótese de desconexão do Pregoeiro durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances.
- 5.18. Persistindo a desconexão do Pregoeiro por período superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação oficial aos licitantes, por meio do sistema eletrônico.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor ou percentual constante de sua proposta inicial.
- 5.20. Nos itens não exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, encerrada a etapa de lances, será aplicado o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 675/2020, conforme verificação automática realizada pelo sistema eletrônico.
- 5.21. Somente haverá empate entre propostas iniciais iguais não seguidas de lances ou entre lances finais da fase fechada, quando adotado o modo de disputa aberto e fechado.
- 5.22. Ocorrendo empate, será aplicado o critério de desempate previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.23. Encerrada a etapa de lances, caso a proposta do primeiro colocado permaneça acima do preço máximo estimado ou não atinja o desconto mínimo definido, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 5.23.1. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado o envio da proposta ajustada ao último lance, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável mediante justificativa apresentada antes do término do prazo.
- 5.24. Concluída a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata e do item 2.6 deste Edital, especialmente quanto à inexistência de sanções que impeçam a participação na licitação ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

6.2. As consultas serão realizadas em nome da empresa licitante e de seus sócios administradores, nos termos da legislação aplicável.

6.3. Caso conste no SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro realizará diligências para apuração de eventual tentativa de burla à sanção aplicada a terceiros.

6.3.1. A apuração considerará, entre outros elementos, a existência de vínculos societários, identidade de sócios, atuação em ramos similares ou outros indícios relevantes.

6.3.2. O licitante será previamente intimado para se manifestar antes de eventual inabilitação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será inabilitado por ausência de condição de participação.

6.4. Atendidas as condições de participação, o Pregoeiro procederá à análise da proposta classificada em primeiro lugar quanto:

- a) à conformidade com o objeto;
- b) ao atendimento das especificações do Termo de Referência;
- c) à compatibilidade do preço com o valor estimado da contratação.

6.5. Será desclassificada a proposta que:

- 6.5.1. contenha vícios insanáveis;
- 6.5.2. não atenda às especificações técnicas do Termo de Referência;
- 6.5.3. apresente preços inexequíveis ou superiores ao valor máximo estimado;
- 6.5.4. não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando solicitada;
- 6.5.5. apresente desconformidade insanável com este Edital ou seus anexos.

6.6. Para serviços em geral, constituem indícios de inexequibilidade propostas com valores significativamente inferiores ao estimado pela Administração, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

6.6.1. A inexequibilidade somente será declarada após diligência que comprove a inviabilidade da execução nas condições ofertadas.

6.7. Havendo indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos, o Pregoeiro poderá realizar diligências para que o licitante comprove a viabilidade da proposta apresentada.

6.8. Quando exigido no Termo de Referência, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado a apresentar planilha de composição de preços ajustada ao valor final da proposta, sob pena de não aceitação.

6.9. Erros formais ou materiais no preenchimento da planilha não constituem motivo para desclassificação, desde que sanáveis, não impliquem majoração do preço e reste comprovada a suficiência do valor ofertado para a execução do objeto.

6.10. Para fins de análise técnica da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação do setor requisitante ou da área técnica competente.

6.11. O julgamento das propostas observará o critério de menor preço, apurado conforme os quantitativos estimados constantes no Termo de Referência, sendo desclassificadas as propostas que ultrapassem o valor total estimado da contratação.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos no Termo de Referência, necessários para comprovar a capacidade do licitante para executar o objeto da licitação, serão requeridos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, quando devidamente atualizado.

7.2. Quando admitida a participação de empresas estrangeiras, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes aos exigidos para empresas nacionais, acompanhados de tradução livre.

7.3. Para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no Brasil e apostilados, ou consularizados, conforme o Decreto nº 8.660/2016.

7.4. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, cópia ou por meio eletrônico, conforme a legislação vigente.

7.5. A documentação exigida poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o respectivo cadastro tenha sido realizado conforme a Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, conforme o artigo 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.7. O licitante deverá apresentar declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com

deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme legislação vigente.

7.8. O licitante deverá declarar que sua proposta compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal e demais normas aplicáveis.

7.9. A habilitação será verificada prioritariamente por meio do SICAF, para os documentos nele abrangidos.

7.9.1. Será exigida a apresentação de documentos originais não digitalizados apenas quando houver dúvida quanto à autenticidade ou integridade do documento eletrônico.

7.10. O licitante é responsável por manter os dados do SICAF atualizados, promovendo correções ou atualizações necessárias.

7.10.1. A inobservância deste item poderá ensejar a inabilitação do licitante.

7.11. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos não contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a partir da solicitação do Pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de inversão das fases de julgamento e habilitação, os licitantes deverão encaminhar simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta, conforme os §§ 1º do artigo 36 e 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência de documentos não nele constantes será realizada exclusivamente em relação ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal exigidos no Termo de Referência somente serão requeridos após o julgamento das propostas e para o licitante mais bem classificado.

7.12.2. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, a verificação de documentos poderá ocorrer em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme o artigo 64 da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 39, §4º, da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022, para:

7.13.1. complementação de informações relativas a documentos já apresentados;

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de apresentação das propostas.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem a sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e disponibilizada a todos os interessados.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro analisará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a identificação de proposta que atenda integralmente às exigências deste Edital.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta tenha sido aceita, após a conclusão dos procedimentos previstos no item anterior.

7.17. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida apenas para fins de contratação, e não como condição para participação, conforme o artigo 4º do Decreto nº 8.538/2015.

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a fase de julgamento e já tiver sido encerrada, não será permitida a exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou apenas conhecidos após o julgamento.

7. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso contra os atos praticados no curso da licitação, referentes ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, bem como à anulação ou revogação do certame, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação do ato ou da lavratura da respectiva ata no sistema eletrônico.

8.3. Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos, conforme disponibilizado pelo sistema eletrônico;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais terá início a partir da intimação do ato ou da lavratura da respectiva ata no sistema eletrônico;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais terá início a partir da intimação da ata de julgamento das propostas.

8.4. As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser apresentadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver praticado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, mantendo-a, encaminhar o recurso à autoridade superior, que deverá decidir no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo legal não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da intimação da interposição do recurso no sistema eletrônico, assegurado o acesso imediato aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato ou à decisão recorrida, até a prolação da decisão final pela autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos que não sejam passíveis de aproveitamento, preservando-se aqueles que não forem atingidos pelo vício reconhecido.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do sistema eletrônico utilizado para a condução da licitação.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que praticar qualquer das condutas ali previstas.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à aplicação de multa de mora, observados os seguintes critérios:

9.2.1. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso;

9.2.2. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total do objeto;

9.2.3. a aplicação da multa não impede que a Administração promova a rescisão unilateral do contrato e aplique as demais sanções previstas na legislação vigente e neste Edital.

9.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a Administração poderá aplicar ao contratado as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

9.3.1. As sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível, podendo esta ser descontada dos pagamentos devidos ao contratado.

9.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será registrada nos sistemas de cadastro de fornecedores e produzirá efeitos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, na forma da legislação aplicável.

9.5. Também se sujeitam às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 os licitantes ou contratados que:

I - tenham sofrido condenação definitiva por prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos com o objetivo de frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em razão de atos ilícitos praticados.

9.6. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de processo administrativo específico, que assegurará ao interessado o contraditório e a ampla defesa, observados os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

9.7. Na aplicação das sanções, a autoridade competente considerará a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da penalidade, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

9.8. As multas aplicadas e os prejuízos causados à Administração poderão ser descontados dos valores devidos ao contratado ou, quando for o caso, recolhidos em favor do Estado do Rio Grande do Norte, ou ainda inscritos em dívida ativa e cobrados judicialmente.

9.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante ou contratado, a Administração poderá promover a cobrança do valor remanescente, inclusive por via judicial, nos termos da legislação vigente.

9.10. Quando determinada pela autoridade competente, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da notificação, podendo a Administração reter pagamentos pendentes, após análise e decisão do Ordenador de Despesas.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar a impugnação até 3 (três) dias úteis antes da data prevista para a abertura do certame, nos termos do art. 164 da referida Lei.

10.2. Os pedidos de esclarecimento referentes a este Edital deverão ser encaminhados até 3 (três) dias úteis antes da

data prevista para a abertura da sessão pública.

10.3. A resposta às impugnações e aos pedidos de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial utilizado para a realização da licitação, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, preferencialmente pelo sistema utilizado para a realização da licitação ou, subsidiariamente, pelo endereço eletrônico licitacoes@sead.rn.gov.br, conforme orientações constantes neste Edital.

10.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser devidamente motivada pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, com registro nos autos do processo licitatório.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e divulgada nova data para a realização do certame, observados os prazos legais.

10. FISCALIZAÇÃO, GESTÃO DO CONTRATO E ENTREGA DO OBJETO

11.1. Da fiscalização do contrato

11.1. Caberá ao Fiscal do contrato, designado formalmente, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, competindo-lhe, especialmente:

I. verificar a execução do objeto, visando assegurar a conformidade com as especificações e a qualidade exigidas;

II. registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução do contrato e determinar as providências necessárias à correção de falhas ou defeitos verificados;

III. encaminhar ao Gestor do Contrato as informações necessárias ao atesto das notas fiscais;

IV. comunicar imediatamente aos seus superiores e às instâncias competentes os fatos que possam ensejar a aplicação de sanções ou a extinção contratual;

V. adotar as providências necessárias à regularidade da execução contratual, inclusive junto a terceiros, quando cabível.

11.2. Da gestão do contrato

11.2. Caberá ao Gestor do contrato, designado pela Administração:

I. acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos e financeiros;

II. analisar, conferir e atestar o objeto no documento fiscal, consignando data, identificação e assinatura do responsável, e encaminhá-lo para pagamento;

III. comunicar ao setor competente quaisquer problemas identificados na execução que impactem a atestação ou o pagamento;

IV. informar irregularidades constatadas na execução contratual, especialmente aquelas em desconformidade com o Edital, o Termo de Referência ou o contrato;

V. exigir exclusivamente as obrigações previstas no contrato;

VI. submeter à autoridade competente, devidamente justificada, qualquer proposta de alteração contratual;

VII. elaborar ou solicitar justificativa técnica quando necessária a alteração unilateral do contrato;

VIII. adotar providências para a prorrogação contratual, quando cabível, antes do término da vigência;

IX. documentar nos autos todos os fatos relevantes relativos à execução contratual;

X. deflagrar os procedimentos administrativos cabíveis em caso de descumprimento contratual por culpa da CONTRATADA.

11.3. Da execução do objeto

11.3. A execução do objeto observará integralmente as condições, prazos, formas de atendimento, critérios de cobertura, quantitativos estimados e demais especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e na minuta de contrato.

11.4. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do contrato, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.5. O fornecimento dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante solicitação formal da CONTRATANTE, respeitados os limites quantitativos estimados e a vigência contratual.

11.6. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, rede de postos credenciados e sistema de gerenciamento em conformidade com os critérios de cobertura, disponibilidade, qualidade e desempenho definidos no Termo de Referência.

11.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar canais de atendimento ao CONTRATANTE, nos termos e horários definidos no Termo de Referência, sem ônus adicional.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, desde que o documento esteja em condições de liquidação, observado o disposto no Termo de Referência e na minuta de contrato.

12.2. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura ficará condicionada ao recebimento definitivo do objeto, nos termos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

12.2.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, mediante consulta aos sistemas oficiais ou apresentação da documentação pertinente.

12.3. Compete ao setor responsável pela liquidação da despesa verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém todos os elementos essenciais, especialmente:

- I. data de emissão;
- II. identificação do contrato e do órgão contratante;
- III. período de execução dos serviços;
- IV. valor devido;
- V. eventual destaque das retenções tributárias cabíveis.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA promova a regularização, hipótese em que o prazo para pagamento será contado a partir da comprovação da regularidade, sem ônus para a CONTRATANTE.

12.5. Poderá ser efetuada retenção ou glosa no pagamento, de forma proporcional à irregularidade constatada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando verificado que a CONTRATADA:

- I. não produziu os resultados pactuados;
- II. deixou de executar o objeto contratado ou o executou em desacordo com as especificações;
- III. não utilizou os recursos humanos, materiais ou operacionais exigidos para a execução do contrato.

12.6. Considera-se como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária em favor da CONTRATADA.

12.7. Antes de cada pagamento, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e no contrato.

12.8. Constatada situação de irregularidade da CONTRATADA, esta será notificada por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou apresentar defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, a critério da CONTRATANTE.

12.9. Previamente ao pagamento, a Administração verificará a existência de sanções impeditivas de contratar com o Poder Público, inclusive ocorrências impeditivas indiretas, nos cadastros oficiais.

12.10. Não havendo regularização ou sendo rejeitada a defesa apresentada, a CONTRATANTE adotará as medidas administrativas cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos competentes e, se for o caso, instauração de procedimento para extinção contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.11. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

12.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, à empresa que possua em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, nos termos da legislação aplicável.

12. 13. GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, e conforme previsto no Termo de Referência, não será exigida garantia contratual para a celebração do contrato decorrente desta licitação.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado da licitação não implicará direito subjetivo à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem integral responsabilidade pelos custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo a Administração, em nenhuma hipótese, responsável por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se os prazos exclusivamente em dias de expediente na Administração Pública.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, sem prejuízo da isonomia, da competitividade e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e as de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

14.10. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Portal de Compras do Estado do Rio Grande do Norte.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

14.11.2. Anexo II - Minuta do Termo de Contrato.

14.11.3 Modelo de Proposta de Preços

Na data da assinatura eletrônica .

IRANILDO GERMANO DOS SANTOS
Secretário de Estado da Administração.



Documento assinado eletronicamente por **IRANILDO GERMANO DOS SANTOS, Secretário de Estado da Administração**, em 29/01/2026, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38748716** e o código CRC **6291030C**.



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E MEIO AMBIENTE DO RN
Av. Alm. Alexandrino de Alencar, - Bairro Tirol, Natal/RN, CEP 59015-350
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.idema.rn.gov.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 02810023.003493/2024-48

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente processo objetiva a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (Diesel S-10, Gasolina e Arla 32) em rede de postos credenciados através da implementação e operação de sistema (software) informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado, para suprir as necessidades deste Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, conforme demanda definida e de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Documento de Formalização de Demanda e neste Termo de Referência, com intuito de atender as necessidades do IDEMA.

1.2. Considerando-se a relevância do fornecimento objeto do presente estudo para a manutenção das atividades do IDEMA, de forma permanente e prolongada, tem-se que a contratação do objeto na modalidade prestação continuada por demanda, será pelo período de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, respeitada a vigência máxima decenal, atendendo os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que permaneça viável economicamente, atendendo, ainda, ao princípio da eficiência.

1.3. Por fim, para atendimento dos requisitos necessário do objeto, segue abaixo os quantitativos, discriminados em tabela estimativa:

ITEM	SERVIÇO	UND.	QUANT.
1	Gasolina Comum		33.600 litros

2	Óleo Diesel S10	Litros	120.000 litros
3	Arla 32		200 litros

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

2.1. DETALHAMENTO DO OBJETO:

SERVIÇO	UND.	QUANT.	VALOR POR LITRO	VALOR ANUAL	
1	Gasolina Comum	Litros	33.600 litros	R\$ 6,95	R\$ 233.520,00
2	Óleo Diesel S10		120.000 litros	R\$ 6,85	R\$ 822.000,00
3	Arla 32		10 galões (200 litros)	R\$ 156,83	R\$ 836,00

2.2. A tabela acima, contendo as especificações e quantidades estimadas, foi elaborada levando em consideração o Documento de Formalização da Demanda (id. 27771758) e o valor atualizado no Estudo Técnico Preliminar (id. 37430321).

2.3. A descrição da composição dos objetos deve ser considerado como parâmetro o mínimo de cada item.

2.4. As quantidades e a modalidade serão enviadas mediante demanda.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente processo tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle da aquisição de combustíveis — Diesel S-10, Gasolina Comum e Arla 32 — em rede de postos credenciados, por meio da implantação e operação de sistema informatizado e integrado (software), com utilização de cartão magnético ou microprocessado, destinado a suprir as necessidades operacionais do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA.

3.2. A contratação se mostra necessária e indisponível ao pleno desempenho das atribuições do IDEMA, órgão responsável pela execução da política ambiental em todo o território do Estado do Rio Grande do Norte. As equipes técnicas do Instituto realizam frequentes deslocamentos ao interior do Estado para a execução de ações de fiscalização, monitoramento e licenciamento ambiental, bem como para o atendimento de demandas oriundas do Ministério Público, especialmente em apurações relativas a denúncias de crimes ambientais.

3.3. Diante disso, evidencia-se o interesse público no fornecimento contínuo de combustíveis, considerando que os veículos oficiais são essenciais à execução das atividades finalísticas do órgão. Assim, o quantitativo estimado objeto desta licitação foi definido com base nas necessidades de consumo efetivo da frota, visando assegurar o abastecimento regular e ininterrupto.

3.4. Assim, ressalte-se que o serviço de abastecimento é essencial à locomoção dos servidores e à consecução das atividades institucionais do IDEMA, razão pela qual sua contratação é imprescindível para a continuidade e eficiência da prestação do serviço público ambiental no âmbito estadual.

3.5. Desse modo, considera-se existência de interesse público para o quantitativo atual a ser contratado, em razão da necessidade do quantitativo de combustíveis para o consumo deste Órgão, a necessidade de contratação configura-se de total interesse público, contribuindo para efetivação das atividades fins desta Autarquia e benefício da coletividade.

3.6. A presente contratação, portanto, fundamenta-se nos princípios da continuidade do serviço público, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.7. Nesse sentido, a referida aquisição se faz necessária, uma vez que o IDEMA na condição de Órgão responsável pela execução da política ambiental em todo o Rio Grande do Norte, utiliza veículos para o deslocamento com frequência ao interior do Estado para realizar ações de fiscalização e licenciamento ambiental, somando-se, ainda, as providências e procedimentos demandados pelo Ministério Público em relação a denúncias de crime ambiental.

3.8. Considerando a existência de interesse público para o quantitativo atual a ser contratado, e levando-se em consideração o aumento do quantitativo de combustíveis para o consumo deste Órgão, se faz imprescindível que o presente licitatório possua como objeto a quantidade estimada descrita acima.

3.9. Nesse sentido, se os serviços forem interrompidos certamente implicaria não só no comprometimento da continuidade das atribuições do IDEMA, como poderá trazer danos irreparáveis, uma vez que este tipo de serviço é imprescindível para locomoção ao interesse do serviço público. Há de ressaltar que os atendimentos não podem sofrer impedimento de continuidade, sobretudo naquelas áreas essenciais da Administração Pública.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Após a análise comparativa das soluções constantes do Estudo Técnico Preliminar, tem-se como mais adequada a contratação de empresa especializa no gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (gasolina, óleo diesel S-10 e Arla 32) em rede de postos credenciados em todo território nacional, através da implantação e operação de sistema (software) informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético, via processo licitatório na modalidade pregão.

4.2. O fornecimento de combustível por meio de empresa especializada na gestão e controle de fornecimento de combustível, por meio de cartão magnético, se apresenta como mais viável, visto que a necessidade de combustível por parte do IDEMA, pode se dá em qualquer municípios do Estado do Rio Grande do Norte e até mesmo em estados vizinhos, isto em decorrência da natureza dos serviços prestado por esta Autarquia.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Considerando os critérios mínimos de qualidade e desempenho, a futura prestadora do serviço deverá ser constituída e cadastrada na Receita Federal do Brasil, como **Pessoa Jurídica**, atendendo todos os critérios intrínsecos à prestação de serviços de fornecimento de combustível por demanda, com cartão magnético sendo especializada na prestação do referido objeto, para que possa atender as necessidades deste Instituto, com suas

atribuições e obrigações ao qual deverá estar atinentes às normas legais, regulamentares e convencionais, do ordenamento jurídico brasileiro, em especial ao atendimento da Constituição da República Federativa do Brasil e à Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Norte.

5.2. **Especificação dos serviços:** devem ser fornecido o serviço de fornecimento de combustível, por demanda, com gerenciamento, via internet, por com cartão magnético.

5.3. **Legais:** Foram identificados e analisados os seguintes normativos que regulam especialmente os serviços a serem contratados e que poderão produzir impacto na contratação, conforme as considerações respectivas:

NORMATIVO	DESCRIÇÃO	IMPACTO NA DEMANDA
Lei nº 14.133/2021	Lei de licitações e contratos administrativos.	Regula aspectos gerais das licitações e contratações.
Constituição Federal	Art. 23, Incisos VI e VII, Art. 235, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Decreto nº 20.866/2008	Dispõe sobre a inserção de cláusulas nos contratos de prestação de serviços e obras pública, bem como nos instrumentos convocatórios das respectivas licitações, realizados pela Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte	Regulamenta a contratação sob aspectos específicos da contratação de serviços.
Instrução Normativa MPOG nº 1/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.	Auxiliar na definição dos requisitos técnicos da demanda.
Decreto nº 7.746, de 05/06/2012	Estabelece critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações.	Confere aplicabilidade concreta à contratação dos critérios de sustentabilidade.
Resolução- ANP Nº 950, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023	Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos.	Relaciona-se ao objeto a ser contratado, que é o fornecimento de Combustível para os automóveis do IDEMA.
Resolução - ANP Nº 948, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023	Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.	Relaciona-se ao objeto a ser contratado, que é o fornecimento de combustível dos automóveis do IDEMA.
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT)	Regulamenta as relações trabalhistas	Relaciona-se aos direitos dos empregados integrantes da contratada.

- 5.4. Iniciar de forma imediata a execução do fornecimento, a partir da data da assinatura do Contrato;
- 5.5. Designar um preposto para controle do fornecimento, que se reportará à Fiscalização do Contrato,

visando ao perfeito controle de atendimento, de acordo com o art. 118, da Lei 14.133/2021;

5.6. Fornecer o produto rigorosamente dentro das características especificadas no Termo de Referência, no Edital e na Proposta de Preço;

5.7. Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais para o controle das despesas do abastecimento de veículos da **CONTRATANTE** Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais para o controle das despesas do abastecimento de veículos do **CONTRATANTE**;

5.8. Sistemas operacionais para o processamento das informações dos cartões e terminais eletrônicos periféricos do sistema;

5.9. Cartões eletrônicos ou magnéticos destinados aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de todas as informações, sendo um para cada veículo;

5.10. Informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem percorrida, custos, identificação do veículo, identificação do motorista e respectiva lotação, datas e horários, e tipos de combustíveis, que poderão ser alimentados por meio eletrônico, e em base gerencial de dados permanentemente disponíveis ao **CONTRATANTE**;

5.11. Processo de consolidação dos dados financeiros e operacionais da frota de veículos e emissão, pela Internet, dos seguintes relatórios ao **CONTRATANTE**:

5.11.1. **Financeiros:**

- a) Despesas com o abastecimento, por veículo;
- b) Análise de consumo de combustível;
- c) Histórico de quilometragem da frota;
- d) Relatório de preços praticados em postos.

5.11.2. **Operacionais:**

- a) Veículos com abastecimento acima da capacidade do tanque e demais relatórios de exceção que venham a ser especificados pelo **CONTRATANTE**, desde que as informações estejam disponíveis no sistema da **CONTRATADA**.

5.12. Rede de postos de abastecimento equipados para aceitar transações com os cartões vinculados ao sistema destinados aos veículos;

5.13. Sistema tecnológico integrado para viabilizar, através dos cartões dos veículos, o pagamento das despesas com o abastecimento de combustíveis, junto à rede credenciada de postos varejistas de abastecimento; e

5.14. A **CONTRATADA** deverá implantar o sistema até 15 (quinze) dias corridos da celebração do contrato, devendo justificar por escrito eventuais prorrogações.

5.15. **Dos cartões para abastecimento da frota destinados aos veículos**

5.15.1. Cada cartão destinado ao veículo é de uso exclusivo do veículo nele identificado, não sendo permitido o abastecimento ou qualquer outra despesa em veículo diverso daquele, sendo responsabilidade da **CONTRATADA** a apresentação de solução que iniba ou identifique, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas;

5.15.2. A **CONTRATADA** deverá, ainda, confeccionar 02 (dois) cartões gerenciais para a Gerência de Serviços Auxiliares ou agente público delegado, o qual permitirá que qualquer veículo seja abastecido além de um cartão destinado a cada veículo do **CONTRATANTE**;

5.15.3. O cartão destinado ao veículo permanecerá como propriedade exclusiva da **CONTRATADA**, devendo ser devolvido, pelo **CONTRATANTE**, em caso de rescisão do contrato;

5.15.4. Somente serão realizadas operações que não ultrapassem o limite de crédito de cada veículo;

5.15.5. Na hipótese de o crédito tornar-se insuficiente por motivos alheios à gestão (ocorrências operacionais não programadas, tarefas extras, entre outras), apenas o agente público responsável pela gestão dos veículos, poderá realizar um crédito adicional, somente para o período necessário.

5.15.6. O sistema deverá imprimir no comprovante de transação as informações abaixo, independentemente de solicitação prévia do portador e sem custo adicional para o **CONTRATANTE**, as quais são indispensáveis à manutenção da segurança e controle do sistema:

5.15.7. **a)** O saldo remanescente do cartão destinado ao veículo;

5.15.8. **b)** O hodômetro do veículo, no momento do abastecimento;

5.15.9. **c)** A data e hora da transação e a quantidade do produto comprado;

5.15.10. **d)** Tipo do produto comprado;

5.15.11. **e)** Valor unitário e total da operação e código de identificação do motorista.

5.15.12. É de responsabilidade do **CONTRATANTE** garantir que as informações digitadas no momento da transação na rede de postos varejistas credenciados sejam verídicas. Caso haja enganos ou distorções, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatórios que possibilitam a identificação das anomalias, em tempo hábil de correção;

5.15.13. Para utilização do cartão do veículo o motorista deverá apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde, através do equipamento da **CONTRATADA**, será efetuada a identificação da placa do veículo, a consistência do hodômetro, conferência da capacidade do tanque do veículo e mercadoria autorizada para compra, que foram definidos individualmente para cada veículo da frota do **CONTRATANTE**, valor da compra, quantidade e tipo do produto comprado;

5.15.14. Finalizada a operação, o motorista digitará a senha exclusiva do sistema para autorizar a transação, recebendo um termo impresso pelo equipamento da **CONTRATANTE** instalado no estabelecimento credenciado, denominado comprovante de transação, contendo todas as informações referentes à compra de produto realizada no referido estabelecimento;

5.15.15. A **CONTRATADA** deverá cadastrar senha individual para cada motorista relacionado pelo **CONTRATANTE**;

5.15.16. Em caso de danos involuntários no cartão do veículo, ou em equipamentos da **CONTRATADA**, instalados em sua rede de estabelecimentos credenciados, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.), obriga-se a **CONTRATADA** a disponibilizar procedimento de compra contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, que consiste na obtenção, por telefone, por parte do posto varejista, do número da autorização de compra a ser transcrito para um formulário específico da **CONTRATADA**, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota do **CONTRATANTE**, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota;

5.16. Substituir o combustível no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da formalização da rejeição dos combustíveis, quando estes forem recusados por densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, bem como a presença de outras substâncias, em percentuais além dos permitidos;

5.17. Garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas da Agência Nacional de Petróleo - ANP;

5.18. Manter, no mínimo, 02 (dois) postos de abastecimento de combustíveis que estejam posicionados à distância, considerado o percurso por via de acesso regular mais próximo, de, no máximo, 10 km de distância da sede do IDEMA, localizado na Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1701 - Tirol, Natal - RN, 59015-350;

5.19. Manter listagem atualizada dos postos de combustíveis disponibilizados para abastecimento e informar ao Contratante eventuais inclusões ou exclusões, considerando a distância máxima prevista na alínea anterior;

5.20. Apresentar sempre que solicitado, os documentos que comprovem a procedência e observância das normas da ANP e ABNT quanto à qualidade dos produtos dos combustíveis;

5.21. Disponibilizar sistema de gerenciamento eletrônico das unidades de abastecimento;

5.22. Arcar com todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalação, manutenção, relatórios e outras decorrentes;

5.23. O percentual de desconto incidirá sobre os preços dos combustíveis indicados nas bombas. Havendo divergência, na data do seu fornecimento, entre o valor indicado na bomba e a média de seu respectivo valor por litro praticado no mercado varejista de Brasília, considerando a publicação da ANP o percentual de desconto incidirá sobre o menor valor.

5.24. Os combustíveis fornecidos devem atender todos os requisitos qualidade exigidos pela respectiva Agência Reguladora.

5.25. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, dentre outros, serão: - Licença (autorização) ambiental dos postos cadastrados, emitido pelo Órgão competente para esta região do Estado.

5.26. Declaração dos postos cadastrados comprovando o cadastro ou registro na Agência Nacional de Petróleo - ANP.

5.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no estudo técnico preliminar e no posterior termo de referencia, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como selecionar postos de abastecimento cadastrados que observe a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e ferramentas.

5.28. O combustível fornecido deverá ser de ótima qualidade atendendo as exigências das descrições estabelecidas.

5.29. Efetuar o fornecimento em perfeita condição de pureza, no prazo e local indicados, em estrita observância das especificações.

5.30. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.31. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, caso esteja em desacordo com o Termo de Referência;

5.32. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente;

5.33. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do fornecimento, com a devida comprovação;

5.34. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no contrato;

5.35. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

5.36. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou que por ventura venham a incidir na execução do contrato.

6. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os serviços objetos desta licitação obedecerão aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos nas disposições da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da

Informação do Ministério do Planejamento e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber;

6.2. A licitante vencedora deverá observar no que couber:

I - O art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, devendo adotar as práticas de sustentabilidade descritas no dispositivo, na execução dos serviços, quando couber.

6.3. Cumprir, no que couberem, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

6.4. Deve-se ser mantido alinhamento com as políticas de promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável como na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que no seu art. 6º, onde determina **“Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber: (...)”**

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada (...)

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006; (...)

IV - Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços (...). ”.

6.5. Observando as diretivas, a Contratada deve orientar o (a) profissional para que, na execução das atividades, implemente as seguintes práticas e que a empresa institua:

a) Racionalize o consumo de água e o uso de copos descartáveis.

b) Realize o descarte de resíduos observando a classificação e separação estabelecidas pelo Contratante.

c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

6.6. A empresa deve adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental;

6.7. Promover curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

6.8. Comunicar à administração, sobre situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

6.9. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

6.10. Orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

6.11. Destinar, de forma ambientalmente adequada, todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

6.12. **Previsão para o início da execução dos serviços:** Conforme celebração contratual e, a posterior necessidade da frota do IDEMA.

6.13. **Outros atos mínimos necessários:**

6.14. Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

6.15. Adotar práticas de proibição de quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção dos empregados no quadro da empresa, bem como no momento da prestação de serviço.

6.16. Assumir toda e qualquer responsabilidade, como à comprovação da formação técnica específica da equipe que desempenhará os serviços.

6.17. A empresa contratada deverá atender o §1º do artigo 4º do Decreto estadual do Rio Grande do Norte nº 32.705/2023, ou seja, fazer a emissão das notas fiscais ou as faturas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

7. REQUISITOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1. Para atender à demanda e realização das entregas dos serviços de que trata esta categoria, a CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento telefônico e pela Internet (por e-mail e/ou chat) no horário comercial (de segunda a sexta-feira de 08:00 às 18:00h e sábado de 08:00 às 13:00h), e atendimento excepcional fora do horário comercial, sem custo complementar para o CONTRATANTE, por meio de contato indicado pela CONTRATADA.

7.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA fornecer o objeto em consonância com as legislações vigentes. A ausência de documento normativo explicitado neste termo não a desobriga de fornecer quaisquer dos itens do objeto dentro dos padrões estipulados, caso exista norma específica para tais.

7.3. Os produtos deverão ser entregues mediante demanda, com prazo a depender da necessidade do órgão. No momento da entrega o objeto deverá estar conforme as condições solicitadas. E deverão estar de acordo com a qualidade, quantidade especificada na Ordem de Serviço.

7.4. A empresa CONTRATADA deverá estar apta a iniciar o fornecimento do serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura do contrato.

7.5. O CONTRATANTE poderá solicitar quaisquer dos itens listados, conforme as especificações e dentro dos limites e quantitativos previstos.

7.6. A solicitação de fornecimento será feita pelo CONTRATANTE, de acordo com a necessidade, dentro do prazo contratual e da cota estimada.

7.7. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

7.8. A prestação dos serviços objetos desta licitação obedecerão aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos nas disposições da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber.

7.9. A licitante vencedora deverá observar no que couber: O art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, devendo adotar as práticas de sustentabilidade descritas no dispositivo, na execução dos serviços, quando couber.

7.10. Cumprir, no que couberem, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

8. DA ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

8.1. PREGÃO ELETRÔNICO

8.2. Considerando a pesquisa mercadológica realizada, utilizou-se o menor preço final de cada proposta como valor de referência, de acordo com as disposições legais que visam otimizar as compras públicas, tornando-as mais eficientes e ágeis.

8.3. No que diz respeito aos preços, constata-se que estão em conformidade com a realidade de mercado para produtos ou serviços similares, o que permite à Administração adquiri-los sem violar as leis que regem os processos licitatórios.

8.4. Com base no exposto nestes autos, foi definido que o presente processo licitatório será conduzido por meio da modalidade Pregão Eletrônico. Essa escolha é justificada pelo fato de que os bens em questão se enquadram na categoria de "comuns", conforme estabelecido no artigo pertinente, sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, seguindo especificações usuais do mercado.

8.5. O pregão eletrônico, portanto, permite a realização de licitações de forma eletrônica, utilizando plataformas virtuais para a divulgação do edital, recebimento das propostas, realização dos lances e escolha da proposta mais vantajosa.

8.6. Além disso, ao optar pelo Pregão Eletrônico, a Administração busca pautar-se nos princípios que regem os processos licitatórios, tais como ampla competitividade, eficiência e agilidade, transparência e controle, adequação ao valor estimado e conformidade com a legislação vigente. Esses princípios visam garantir a igualdade de oportunidades entre os participantes, a obtenção do melhor custo-benefício, a prestação de contas e a segurança jurídica do certame.

8.7. Ao levar em consideração esses aspectos fundamentais, reforça-se o compromisso da Administração em conduzir um processo licitatório que seja transparente, eficaz e em conformidade com as normas estabelecidas para as compras públicas.

9. FUNDAMENTO LEGAL QUE EMBASA A CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação será feita por pregão, com base nos artigos 28, I, e art. 29 da Lei 14.133/2021:

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

(...).

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO (Art. 3º, I, da IN SEGES nº 65/2021)

10.2. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel S10 e Arla 32) em rede de postos credenciados através da implementação e operação de sistema (software) informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado, para suprir as necessidades deste Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Documento de Formalização de Demanda Id. 27771758 e Estudo Técnico Preliminar Id 37430321.

10.3. DO MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS (série de preços coletados - Art. 3º, I, da IN SEGES nº 65/2021)

10.4. pesquisa iniciou através da busca de preços no sistema Banco de Preços, com o título "aquisição de combustível", a ferramenta retornou diversos resultados, ao passo que foi realizada a filtragem para identificar os resultados com similaridade ao objeto do presente processo (quantidade da unidade de medida e demais especificações), de maneira que identificamos contratações similares nos parâmetros I e II da IN nº65/2021, que foram priorizadas na construção da cesta de preços a seguir:

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel S10 e Arla 32) em rede de postos credenciados através da implementação e operação de sistema (software) informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado, para suprir as necessidades deste Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Documento de Formalização de Demanda.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANTIDADE	EMPRESAS	VALOR NA BOMBA R\$	VALOR DE REFERÊNCIA	
						VALOR MÉDIO (R\$)	VALOR MÉDIO ANUAL TOTAL (R\$)
1	Óleo Diesel S10	Litros	120.000 litros	A	R\$ 6,57	R\$ 6,85	R\$ 822.000,00
				B	R\$ 6,99		
				C	R\$ 6,99		
2	Gasolina		33.600 litros	D	R\$ 6,99	R\$ 6,95	R\$ 233.520,00
				E	R\$ 6,79		
				F	R\$ 7,07		
3	Arla 32 (galão de 20 litros)		10 galões	G	R\$ 179,90	R\$ 156,83	R\$ 1.568,30
				H	R\$ 155,47		
				I	R\$ 135,12		
TOTAL						R\$ 170,63	R\$ 1.057.088,30

10.5. Para a formação de cesta de preços válida, apresentada no Mapa acima, foram consideradas as cotações nos parâmetros I e II , que são prioritários da Instrução Normativa nº 65/2021 - SEGES/Ministério da Economia e o parâmetro III foi considerada por falta de resultado nos parâmetros prioritários.

10.6. Ademais, tem-se o detalhamento da pesquisa de preços encontram-se nos id's. 37406187 e 37406203, os quais fazem parte do processo licitatório.

10.7. **Igualmente, acerca da vantajosidade da presente contratação está evidenciada tanto sob o aspecto técnico quanto econômico.**

10.8. Do ponto de vista econômico, a pesquisa de preços realizada, em conformidade com os parâmetros I e II da Instrução Normativa SEGES nº 65/2021, resultou em valores de referência compatíveis com os praticados pelo mercado, conforme demonstrado no Mapa de Preços. O valor médio anual estimado de **R\$ 1.057.088,30** reflete a média ponderada de contratações similares encontradas em bases oficiais, como o Banco de Preços, assegurando a adequação orçamentária e a compatibilidade com os preços correntes de mercado.

10.9. Além disso, a forma de execução pretendida - por meio de empresa especializada no gerenciamento informatizado da aquisição de combustíveis, com uso de cartão magnético ou microprocessado - representa solução eficiente e economicamente vantajosa.

10.10. Dessa forma, a contratação proposta mostra-se vantajosa para a Administração, por reunir preço compatível com o mercado, solução tecnológica eficiente e pleno atendimento às necessidades do IDEMA, dentro dos limites do orçamento disponível.

10.11. Conclui-se, portanto, que a despesa proposta está **adequada ao orçamento vigente**, atendendo ao princípio da **economicidade** e aos requisitos de **vantajosidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021**.

11. **ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM**

11.1. Os objetos deste Termo tem a natureza de bens e serviços comum.

11.2. Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. São encontrados facilmente no mercado.

11.3. Bem ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

11.4. Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

11.5. Tratam-se, portanto, de itens encontrados facilmente no mercado. Dessa forma, considerando que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares quanto ao objeto a ser contratado, justificamos o seu enquadramento como bem/serviço comum.

12. **VIGÊNCIA CONTRATUAL**

12.1. Considerando a relevância do fornecimento objeto deste contrato, para a manutenção das atividades do IDEMA, de forma permanente, prolongada e eficiente, tem-se que a contratação do objeto na modalidade prestação continuada por demanda, será pelo período de 1 (um) ano, prorrogável por igual período e sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, atendendo os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que permaneça viável economicamente, atendendo, ainda, ao princípio da eficiência e do interesse público.

13. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;

13.2. Apresentar seus empregados com pontualidade, de acordo com os horários fixados pelo CONTRATANTE,
Edital 90002 (38748716) SEI 02810023.003493/2024-48 / pg. 18

para fins de execução dos serviços; 15.3. Apresentar certificado de Licença Sanitária, concedida pela Vigilância Sanitária.

13.3. Responsabilizarem-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;]

13.4. **Deverá atender o § 1º do art. 4º do Decreto estadual do Rio Grande do Norte nº 32.705/2023, ou seja, fazer a emissão das notas fiscais ou as faturas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 2012.**

13.5. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive para atendimento em casos de emergência;

13.6. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

13.7. Responsabilizar-se pelo treinamento e formação dos seus empregados, necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE;

13.8. Cumprir e fazer cumprir por seus empregados normas e regulamentos disciplinares do CONTRATANTE, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes;

13.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;

13.10. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no contrato;

13.11. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

13.12. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de segurança e/ou proteção individual, especialmente aqueles utilizados sob condição rotineira;

13.13. Aceitar, nas mesmas condições previamente ajustadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor pactuado, nos termos do preconizado pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.14. Comunicar ao Fiscal ou Gestor do contrato, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados no curso da execução contratual.

14. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

I - acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual;

II - emitir Nota de Empenho a crédito da CONTRATADA, responsabilidade da UIFC, no valor correspondente ao valor total dos itens do objeto contratados;

III - **em atendimento ao decreto estadual 32.705/2023, realizar a retenção do Imposto de renda incidente na fonte, responsabilidade da UIFC, como prevê art. 157, I, da Constituição Federal, nos pagamentos realizados a contratada;**

IV - enviar por e-mail Nota de Empenho, digitalizada, emitida em favor da CONTRATADA, ou, na indisponibilidade desta tecnologia, enviá-la por outros meios (digital (e-mail), postal, etc.);

V - permitir o acesso do pessoal da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para execução dos itens do objeto contratado;

VI - impedir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA executem quaisquer itens do objeto contratado;

VII - fornecer todas as condições e informações necessárias, para que a CONTRATADA possa executar os itens do objeto contratados, pautando-se inclusive pelas normas que venham a ser emitidas após a celebração do Instrumento de Contrato;

VIII - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

IX - solicitar à CONTRATADA retificação da execução de itens do objeto contratados cujos padrões de qualidade estejam aquém das exigências contidas no Termo de Referência;

X - Informar das irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções detectados durante a execução de itens do objeto contratados, para que a CONTRATADA adote as medidas indispensáveis à adequação às especificações e regras constantes do presente edital e respectivos anexos;

XI - observar para que, durante a vigência do Instrumento de Contrato, sejam mantidas pela CONTRATADA as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

XII - exigir que a CONTRATADA execute os itens do objeto contratados consoante as exigências estabelecidas no presente Termo e respectivos anexos; XIII - rejeitar total ou parcialmente itens do objeto contratados, executados em desacordo com as exigências contidas no presente documento e respectivos anexos;

XIII - notificar por escrito a CONTRATADA, quando ocorrer eventuais imperfeições na execução de itens do objeto contratados, fixando prazo para sua correção;

XIV - emitir o Termo de Recebimento Provisório ou o Termo de Recebimento Definitivo em

conformidade com as exigências estabelecidas no presente Termo de Referência;

XV - efetuar o pagamento à CONTRATADA, obedecendo aos termos estabelecidos;

14.2. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA, pela perfeita execução do item do objeto.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;

15.2. Apresentar seus empregados com pontualidade, de acordo com os horários fixados pelo CONTRATANTE, para fins de execução dos serviços;

15.3. Apresentar certificado de Licença Sanitária, concedida pela Vigilância Sanitária.

15.4. Responsabilizarem-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;

15.5. Deverá atender o § 1º do art. 4º do Decreto estadual do Rio Grande do Norte nº 32.705/2023, ou seja, fazer a emissão das notas fiscais ou as faturas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 2012.

15.6. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive para atendimento em casos de emergência;

15.7. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

15.8. Responsabilizar-se pelo treinamento e formação dos seus empregados, necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE;

15.9. Cumprir e fazer cumprir por seus empregados normas e regulamentos disciplinares do CONTRATANTE, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes;

15.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação;

15.11. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no contrato;

15.12. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

15.13. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de segurança e/ou proteção individual, especialmente aqueles utilizados sob condição rotineira;

15.14. Aceitar, nas mesmas condições previamente ajustadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor pactuado, nos termos do preconizado pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

15.15. Comunicar ao Fiscal ou Gestor do contrato, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados no curso da execução contratual.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista:

16.3. A multa: moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.4. A multa não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas em Lei.

16.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.6. As sanções previstas nesse Termo poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.7. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Estado do Rio Grande do Norte;

16.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que, nos termos do art. 155 da referida lei:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.9. A aplicação de qualquer das penalidades administrativa previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/1999;

16.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

16.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado do RN, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado e cobrados judicialmente.

16.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o IDEMA poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

16.13. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, podendo inclusive, reter eventuais pagamentos pendentes, para suprir à referida, pós análise e determinação do Ordenador de Despesas.

17. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

17.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento. 16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência. 16.2.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021. 16.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.2. I - o prazo de validade;
- 17.3. II - a data da emissão;
- 17.4. III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.5. IV - o período de prestação dos serviços;
- 17.6. V - o valor a pagar; e
- 17.7. VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

17.9. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- I - não produziu os resultados acordados;
- II - deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- III - deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.11. Antes do pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.12. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por

escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

17.13. Previamente à emissão de nota de empenho e pagamento, a Administração deverá verificar a regularidade da empresa para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

17.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.15. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

17.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18.2. Devido a natureza simples dos produtos a serem contratados, é vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

19. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

19.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

20. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

21. O REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

22. RESCISÃO CONTRATUAL

22.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, se houver uma das ocorrências prescritas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

23. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

23.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

24. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI N. 14.133/2021)

24.1. **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

24.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão de licitação, na forma do artigos 28, I, e art. 29 da Lei 14.133/2021.

24.3. **Exigências de habilitação:**

24.4. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, são as usuais para a generalidade dos objetos.

24.5. **Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:**

- 24.6. registro comercial, no caso de empresário individual;
- 24.7. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; 25.0.8. ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- 24.8. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 24.9. comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

25. QUALIFICAÇÕES

- 25.1. A qualificação dos proponentes deve ser realizada de acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

26. DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

- 26.1. À autoridade competente para à análise e aprovação do Termo de Referência, atinente aos itens definidos neste documento, de acordo com os princípios da conveniência, atendendo ao interesse público e oportunidade, e por se tratar do representante legal, Ordenador de Despesa e Diretor Geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

- 26.2. Salvo Melhor Juízo, segue o referido. À consideração superior.

Referência: Processo nº 02810023.003493/2024-48

SEI nº 37433287



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E MEIO AMBIENTE DO RN

APENDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 02810023.003493/2024-48

27. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 27.1. Número do Processo Administrativo: 02810023.003493/2024-48.
- 27.2. Insta mencionar que o presente documento seguirá as diretrizes da Lei nº 14.133/21.
- 27.3. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel S10 e Arla 32) em rede de postos credenciados através da implementação e operação de sistema (software) informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado, para suprir as necessidades deste Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Documento de Formalização de Demanda.

28. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 28.1. O presente processo objetiva a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel S10 e Arla 32) em rede de postos credenciados através da implementação e operação de sistema (software) informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado, para suprir as necessidades deste Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA.

- 28.2. A referida aquisição se entende necessária, uma vez que o IDEMA, na condição de Órgão responsável pela execução da política ambiental em todo Rio Grande do Norte, promove atividades que objetivam a defesa e preservação do meio ambiente, o que impõe atos de fiscalização, programadas e emergenciais, estas recebidas por denuncia (Alô Idema) ou por solicitação do Ministério Público quando recebe denúncias de natureza ambiental, e atividades de preservação sendo realizada visitas do quadro técnico do Idema, com o intuito de preservar as áreas de proteção ambientais, além destas atividades, esta Autarquia Ambiental promove atos de educação e conscientização ambiental em todo Estado do Rio Grande do Norte.

- 28.3. Todas as atividades acima mencionadas necessitam de deslocamento por meio de transporte automotivo, o que justifica a necessidade da contratação ora exposta.

- 28.4. A problemática presente é que o fornecimento de combustível para o órgão é realizada via CTF, contrato do Governo do Estado. No entanto, se entende necessária à contratação de empresa de fornecimento, para atuar de forma subsidiária, visto que a falha do sistema CTF, esta Autarquia deixaria de realizar as fiscalizações e atividades

de preservação e educação ambiental que necessitam de traslado dos servidores técnicos, bem como interferiria no processo de licenciamento ambiental quando estes necessitassem de visitas técnicas aos locais.

28.5. Desta feita, verifica-se que o fornecimento do objeto deste estudo técnico preliminar é imprescindível para continuidade das atividades fins desta Autarquia.

28.6. No tocante da necessidade da contratação objeto do presente estudo sob a ótica do interesse público, esta encontra-se completamente alinhada ao interesse público, visto que a necessidade da contratação é para atendimento da preservação e defesa do meio ambiente, o que é dever do Estado, segundo o artigo 225 da Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

28.7. Assim sendo, considerando a existência de interesse público para o quantitativo atual a ser contratado, em razão da necessidade do quantitativo de combustíveis para o consumo deste Órgão, a necessidade de contratação configura-se de total interesse público, contribuindo para efetivação das atividades fins desta Autarquia e benefício da coletividade

29. **DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

29.1. A contratação em questão está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do órgão para o exercício vigente, sob o nº 927214-99/2025 em conformidade com o planejamento estratégico e as prioridades estabelecidas, conforme pode ser visualizado a seguir:

"Art. 1º A elaboração do Plano de Contratações Anuais (PCA) e Plano de Contratações Anual do Estado (PCAE) na Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional de direito público do Estado do Rio Grande do Norte será facultativa no ano de 2023, tornando-se obrigatória a partir do ano subsequente."

29.2. Mister, informar que o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, formou comissão que trata do Plano de Contratações Anual - PCA, conforme processo SEI Nº 02810010.001325/2023-86, o qual encontra-se em fase de levantamento para elaboração do planejamento anual para contratações. Apesar do empenho desta autarquia, até o momento, não existe previsão de conclusão dessa demanda, que alinhará os instrumentos de planejamento do órgão, conforme preceitua o art. 9º, IX, da IN 58/2022.

30. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

30.1. Considerando os critérios mínimos de qualidade e desempenho, a futura prestadora do serviço deverá ser constituída e cadastrada na Receita Federal do Brasil, como Pessoa Jurídica, atendendo todos os critérios intrínsecos à prestação de serviços de fornecimento de combustível por demanda, com cartão magnético sendo especializada na prestação do referido objeto, para que possa atender as necessidades deste Instituto, com suas atribuições e obrigações ao qual deverá estar atinentes às normas legais, regulamentares e convencionais, do ordenamento jurídico brasileiro, em especial ao atendimento da Constituição da República Federativa do Brasil e à Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Norte.

30.2. **Especificação dos serviços:** devem ser fornecido o serviço de fornecimento de combustível, por demanda, com gerenciamento, via internet, por com cartão magnético.

30.3. **Legais:** Foram identificados e analisados os seguintes normativos que regulam especialmente os serviços a serem contratados e que poderão produzir impacto na contratação, conforme as considerações respectivas:

NORMATIVO	DESCRIÇÃO	IMPACTO NA DEMANDA
Lei nº 14.133/2021	Lei de licitações e contratos administrativos.	Regula aspectos gerais das licitações e contratações.
Constituição Federal	Art. 23, Incisos VI e VII, Art. 235, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
Decreto nº 20.866/2008	Dispõe sobre a inserção de cláusulas nos contratos de prestação de serviços e obras pública, bem como nos instrumentos convocatórios das respectivas licitações, realizados pela Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte	Regulamenta a contratação sob aspectos específicos da contratação de serviços.
	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade de bens, contratação	Auxiliar na definição

Instrução Normativa MPOG nº 1/2010	de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.	dos requisitos técnicos da demanda.
Decreto nº 7.746, de 05/06/2012	Estabelece critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações.	Confere aplicabilidade concreta à contratação dos critérios de sustentabilidade.
Resolução- ANP Nº 950, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023	Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos.	Relaciona-se ao objeto a ser contratado, que é o fornecimento de Combustível para os automóveis do IDEMA.
Resolução - ANP Nº 948, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023	Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.	Relaciona-se ao objeto a ser contratado, que é o fornecimento de combustível dos automóveis do IDEMA.
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT)	Regulamenta as relações trabalhistas	Relaciona-se aos direitos dos empregados integrantes da contratada.

- 30.4. Iniciar de forma imediata a execução do fornecimento, a partir da data da assinatura do Contrato;
- 30.5. Designar um preposto para controle do fornecimento, que se reportará à Fiscalização do Contrato, visando ao perfeito controle de atendimento, de acordo com o art. 118 da Lei 14.133/2021;
- 30.6. Fornecer o produto rigorosamente dentro das características especificadas no Termo de Referência, no Edital e na Proposta de Preço;
- 30.7. Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais para o controle das despesas do abastecimento de veículos da **CONTRATANTE** Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais para o controle das despesas do abastecimento de veículos do **CONTRATANTE**;
- 30.8. Sistemas operacionais para o processamento das informações dos cartões e terminais eletrônicos periféricos do sistema;
- 30.9. Cartões eletrônicos ou magnéticos destinados aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de todas as informações, sendo um para cada veículo;
- 30.10. Informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem percorrida, custos, identificação do veículo, identificação do motorista e respectiva lotação, datas e horários, e tipos de combustíveis, que poderão ser alimentados por meio eletrônico, e em base gerencial de dados permanentemente disponíveis ao **CONTRATANTE**;
- 30.11. Processo de consolidação dos dados financeiros e operacionais da frota de veículos e emissão, pela Internet, dos seguintes relatórios ao **CONTRATANTE**:
- 30.11.1. **Financeiros:**
- Despesas com o abastecimento, por veículo;
 - Análise de consumo de combustível;
 - Histórico de quilometragem da frota;
 - Relatório de preços praticados em postos.
- 30.11.2. **Operacionais:**
- Veículos com abastecimento acima da capacidade do tanque e demais relatórios de exceção que venham a ser especificados pelo **CONTRATANTE**, desde que as informações estejam disponíveis no sistema da **CONTRATADA**.
- 30.12. Rede de postos de abastecimento equipados para aceitar transações com os cartões vinculados ao sistema destinados aos veículos;
- 30.13. Sistema tecnológico integrado para viabilizar, através dos cartões dos veículos, o pagamento das despesas com o abastecimento de combustíveis, junto à rede credenciada de postos varejistas de abastecimento; e
- 30.14. A **CONTRATADA** deverá implantar o sistema até 15 (quinze) dias corridos da celebração do contrato, devendo justificar por escrito eventuais prorrogações.
- 30.15. **Dos cartões para abastecimento da frota destinados aos veículos**
- 30.15.1. Cada cartão destinado ao veículo é de uso exclusivo do veículo nele identificado, não sendo permitido o abastecimento ou qualquer outra despesa em veículo diverso daquele, sendo responsabilidade da **CONTRATADA** a apresentação de solução que iniba ou identifique, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas;
- 30.15.2. A **CONTRATADA** deverá, ainda, confeccionar 02 (dois) cartões gerenciais para a Gerência de Serviços

Auxiliares ou agente público delegado, o qual permitirá que qualquer veículo seja abastecido além de um cartão destinado a cada veículo do **CONTRATANTE**;

30.15.3. O cartão destinado ao veículo permanecerá como propriedade exclusiva da **CONTRATADA**, devendo ser devolvido, pelo **CONTRATANTE**, em caso de rescisão do contrato;

30.15.4. Somente serão realizadas operações que não ultrapassem o limite de crédito de cada veículo;

30.15.5. Na hipótese de o crédito tornar-se insuficiente por motivos alheios à gestão (ocorrências operacionais não programadas, tarefas extras, entre outras), apenas o agente público responsável pela gestão dos veículos, poderá realizar um crédito adicional, somente para o período necessário.

30.15.6. O sistema deverá imprimir no comprovante de transação as informações abaixo, independentemente de solicitação prévia do portador e sem custo adicional para o **CONTRATANTE**, as quais são indispensáveis à manutenção da segurança e controle do sistema:

30.15.7. **a)** O saldo remanescente do cartão destinado ao veículo;

30.15.8. **b)** O hodômetro do veículo, no momento do abastecimento;

30.15.9. **c)** A data e hora da transação e a quantidade do produto comprado;

30.15.10. **d)** Tipo do produto comprado;

30.15.11. **e)** Valor unitário e total da operação e código de identificação do motorista.

30.15.12. É de responsabilidade do **CONTRATANTE** garantir que as informações digitadas no momento da transação na rede de postos varejistas credenciados sejam verídicas. Caso haja enganos ou distorções, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatórios que possibilitam a identificação das anomalias, em tempo hábil de correção;

30.15.13. Para utilização do cartão do veículo o motorista deverá apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde, através do equipamento da **CONTRATADA**, será efetuada a identificação da placa do veículo, a consistência do hodômetro, conferência da capacidade do tanque do veículo e mercadoria autorizada para compra, que foram definidos individualmente para cada veículo da frota do **CONTRATANTE**, valor da compra, quantidade e tipo do produto comprado;

30.15.14. Finalizada a operação, o motorista digitará a senha exclusiva do sistema para autorizar a transação, recebendo um termo impresso pelo equipamento da **CONTRATANTE** instalado no estabelecimento credenciado, denominado comprovante de transação, contendo todas as informações referentes à compra de produto realizada no referido estabelecimento;

30.15.15. A **CONTRATADA** deverá cadastrar senha individual para cada motorista relacionado pelo **CONTRATANTE**;

30.15.16. Em caso de danos involuntários no cartão do veículo, ou em equipamentos da **CONTRATADA**, instalados em sua rede de estabelecimentos credenciados, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.), obriga-se a **CONTRATADA** a disponibilizar procedimento de compra contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, que consiste na obtenção, por telefone, por parte do posto varejista, do número da autorização de compra a ser transcrito para um formulário específico da **CONTRATADA**, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota do **CONTRATANTE**, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota;

30.16. Substituir o combustível no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da formalização da rejeição dos combustíveis, quando estes forem recusados por densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, bem como a presença de outras substâncias, em percentuais além dos permitidos;

30.17. Garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas da Agência Nacional de Petróleo - ANP;

30.18. Manter, no mínimo, 02 (dois) postos de abastecimento de combustíveis que estejam posicionados à distância, considerado o percurso por via de acesso regular mais próximo, de, no máximo, 10 km de distância da sede do IDEMA, localizado na Av. Alm. Alexandrino de Alencar, 1701 - Tirol, Natal - RN, 59015-350;

30.19. Manter listagem atualizada dos postos de combustíveis disponibilizados para abastecimento e informar ao Contratante eventuais inclusões ou exclusões, considerando a distância máxima prevista na alínea anterior;

30.20. Apresentar sempre que solicitado, os documentos que comprovem a procedência e observância das normas da ANP e ABNT quanto à qualidade dos produtos dos combustíveis;

30.21. Disponibilizar sistema de gerenciamento eletrônico das unidades de abastecimento;

30.22. Arcar com todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalação, manutenção, relatórios e outras decorrentes;

30.23. O percentual de desconto incidirá sobre os preços dos combustíveis indicados nas bombas. Havendo divergência, na data do seu fornecimento, entre o valor indicado na bomba e a média de seu respectivo valor por litro praticado no mercado varejista de Brasília, considerando a publicação da ANP o percentual de desconto incidirá sobre o menor valor.

30.24. Os combustíveis fornecidos devem atender todos os requisitos qualidade exigidos pela respectiva Agência Reguladora.

30.25. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, dentre outros, serão: - Licença (autorização) ambiental dos postos cadastrados, emitido pelo Órgão competente para esta região do Estado.

30.26. Declaração dos postos cadastrados comprovando o cadastro ou registro na Agência Nacional de Petróleo -

ANP.

30.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no estudo técnico preliminar e no posterior termo de referência, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como selecionar postos de abastecimento cadastrados que observe a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e ferramentas.

30.28. O combustível fornecido deverá ser de ótima qualidade atendendo as exigências das descrições estabelecidas.

30.29. Efetuar o fornecimento em perfeita condição de pureza, no prazo e local indicados, em estrita observância das especificações.

30.30. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

30.31. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, caso esteja em desacordo com o Termo de Referência;

30.32. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente;

30.33. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do fornecimento, com a devida comprovação;

30.34. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no contrato;

30.35. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

30.36. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou que por ventura venham a incidir na execução do contrato.

30.37. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

30.38. Os serviços objetos desta licitação obedecerão aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos nas disposições da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber;

30.39. A licitante vencedora deverá observar no que couber:

I - O art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, devendo adotar as práticas de sustentabilidade descritas no dispositivo, na execução dos serviços, quando couber.

30.40. Cumprir, no que couberem, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

30.41. Deve-se ser mantido alinhamento com as políticas de promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável como na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que no seu art. 6º, onde determina **“Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber: (...)**

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada (...)

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006; (...)

IV - Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços (...)."

30.42. Observando as diretivas, a Contratada deve orientar o (a) profissional para que, na execução das atividades, implemente as seguintes práticas e que a empresa institua:

a) Racionalize o consumo de água e o uso de copos descartáveis.

b) Realize o descarte de resíduos observando a classificação e separação estabelecidas pelo Contratante.

c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

30.43. A empresa deve adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental;

30.44. Promover curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

30.45. Comunicar à administração, sobre situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

30.46. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

30.47. Orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

30.48. Destinar, de forma ambientalmente adequada, todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

30.49. **Previsão para o início da execução dos serviços:** Conforme celebração contratual e, a posterior

necessidade da frota do IDEMA.

30.50. Outros atos mínimos necessários:

30.51. Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

30.52. Adotar práticas de proibição de quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção dos empregados no quadro da empresa, bem como no momento da prestação de serviço.

30.53. Assumir toda e qualquer responsabilidade, como à comprovação da formação técnica específica da equipe que desempenhará os serviços.

30.54. A empresa contratada deverá atender o §1º do artigo 4º do Decreto estadual do Rio Grande do Norte nº 32.705/2023, ou seja, fazer a emissão das notas fiscais ou as faturas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

31. LEVANTAMENTO DE MERCADO

SOLUÇÃO 1: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (gasolina, óleo diesel S-10 e arla 32) em rede de postos credenciados em todo território nacional, através da implantação e operação de sistema (software) informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético, por demanda, por processo licitatório na modalidade pregão

VANTAGENS

- a) Atendimento à demanda de forma plena, por empresa especializada;
- b) Possibilidade de renovação contratual por períodos mais longos;
- c) Transparência no processo, o que reduz o risco de fraudes e concorrência desleal;
- d) Economia do dinheiro público, tanto para a Administração Pública (contratante), quanto para o licitante, haja vista que a Administração Pública (contratante), tem mais propostas, há mais competitividade, portanto, a chance de ser apresentado um valor menor é maior, o que faz com que o governo, ao contratar os serviços, gaste menos dinheiro público na contratação.

DESVANTAGENS

- a) Restrição de licitantes que não possuem acesso à internet;
- b) Dificuldade de esclarecimentos durante o processo;
- c) Falta de informações por parte de possíveis participantes;
- d) Maior risco de fraude por softwares de inteligência artificial.
- e) Sujeição ao preço de mercado que é reajustado anualmente.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.057.088,30 (um milhão, cinquenta e sete mil, oitenta e oito reais e trinta centavos)

SOLUÇÃO 2: Contratação de empresa para contratação do serviço continuado de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (gasolina, óleo diesel S-10 e arla 32) em rede de postos credenciados em todo território nacional, através da implantação e operação de sistema (software) informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético, por demanda pelo sistema de registro de ata de Registro de Preços.

VANTAGENS

- a) Atendimento à demanda de forma plena, através da prestação de serviço por empresa especializada.
- b) Maior controle nos custos e segurança na administração de despesas;
- b) Emissão de relatórios completos de consumo médio e manutenção de cada veículo;
- i) Gerenciamento completo via internet com acesso restrito;
- c) Possibilidade de renovação contratual por períodos mais longos;
- d) celeridade na contratação diante da necessidade urgente da contratação devido a proximidade do encerramento do contrato vigente.

DESVANTAGENS

- a) Não saber precisamente quanto será gasto por ano, e a reserva financeira pode não ser utilizada totalmente em um mesmo exercício financeiro.**

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.057.088,30 (um milhão, cinquenta e sete mil, oitenta e oito reais e trinta centavos)

SOLUÇÃO 3: Contratação direta com postos de gasolina para fornecimento de combustível: Gasolina, Diesel S-10, e Arla 32, por demanda.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
a) Atendimento à demanda, mas com grave insegurança de não atendimento pleno, tendo em vista que, ficará adstrito a um único posto ou a um único grupo de postos de gasolina;	a) Não saber precisamente quanto será gasto por ano, e a reserva financeira pode não ser utilizada totalmente em um mesmo exercício financeiro;
	b) Limitação territorial, dificultando o livre abastecimento dos automóveis;
	c) insegurança no atendimento da demanda de forma plena, visto que se restringirá a um único posto de gasolina e se este sofrer qualquer problema para o abastecimento a frota do IDEMA ficará atado a espera da solução.

VALOR ESTIMADO: prejudicada a estimativa em face da inviabilidade de execução do serviço por meios próprios, nos termos supra justificados.

32. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

32.1. Considerando o quantitativo previsto, para suprir, subsidiariamente, a necessidade desse órgão, verifica-se a estimativa da demanda anual, conforme tabela abaixo:

ITEM	SERVIÇO	UND.	QUANT.
1	Gasolina Comum	Litros	33.600 litros
2	Óleo Diesel S10		120.000 litros
3	Arla 32		200 litros

33. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

33.1. A metodologia para a construção da estimativa preliminar de preço foi realizada com base na quantidade de litros de combustível necessário, somado a pesquisa de valor baseado no aplicativo Nota Potiguar, no caso da Gasolina Comum e do Óleo Diesel S10; e do Banco de Preços. no caso da Arla 32.

33.2. Ao fazermos uma interseção do quantitativo de combustível necessário, com os valores de combustível, tomando por base os valores, o valor estimado para o período de 12 meses, considerando o quantitativo da frota é de:

ITEM	SERVIÇO	UND.	QUANT.	VALOR POR LITRO	VALOR ANUAL
1	Gasolina Comum	Litros	33.600 litros	R\$ 6,95	R\$ 233.520,00
2	Óleo Diesel S10		120.000 litros	R\$ 6,85	R\$ 822.000,00
3	Arla 32		10 galões (200 litros)	R\$ 156,83	R\$ 836,00

O valor total **ESTIMADO** das aquisições, dentro de 12 (doze) meses, após avaliação e cotação de preço pelo GAAG, é **R\$ 1.057.088,30** (um milhão, cinquenta e sete mil, oitenta e oito reais e trinta centavos), o qual pode variar nas possíveis alterações nos preços dos combustíveis, conforme aumento realizado pela ANP.

34. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

34.1. Após a análise comparativa das soluções no mercados, tem-se como mais adequada a contratação de empresa especializada no gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis (gasolina, óleo diesel S10 e Arla 32) em rede de postos credenciados em todo território nacional, através da implantação e operação de sistema (software) informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético.

34.2. O fornecimento de combustível por meio de empresa especializada na gestão e controle de fornecimento de combustível, por meio de cartão magnético, se apresenta como mais viável, visto que a necessidade de combustível por parte do IDEMA, pode se dá em qualquer municípios do Estado do Rio Grande do Norte e até mesmo em estados vizinhos, isto em decorrência da natureza dos serviços prestado por esta Autarquia.

34.3. Sendo assim, a contratação de fornecimento de combustível nessa modalidade, amplia de forma significativa as opções de locais para abastecimento, além de gerar para administração pública uma maior segurança e controle dos gastos, minimizando os possíveis gastos desnecessários, visto que esta Autarquia Ambiental, terá acesso a todo controle de forma facilitada via software, do quantitativo, locais, nome dos motoristas e horários dos abastecimentos.

34.4. No tocante a viabilidade de contratação via processo licitatório na modalidade pregão, esta se apresenta mais viável.

35. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO

35.1. Não se verifica a viabilidade de parcelamento da solução, pois o objeto se constitui de grupo único que demanda solução unificada, a ser atendida pelo mesmo fornecedor. A opção pela reunião dos serviços em um único grupo considerou a identidade dos itens a serem licitados e a cronologia de execução.

35.2. Ademais, uma eventual divisão no presente processo submeteria a Administração a risco de mercado, já que empresas diferentes, ainda que do mesmo ramo de atividade, possuem diferenciações de ordem econômico-financeiras, estruturais, de logística, dentre outras. Isso resultaria em capacidades distintas de prestação de serviço, dificultando, desse modo, o controle e expondo a execução dos contratos a possíveis níveis de serviço aquém dos critérios a serem estabelecidos no edital.

36. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

36.1. A contratação da solução proposta não depende ou não guarda relação com outras contratações no âmbito deste Órgão. A contratação da solução proposta não depende ou não guarda relação com outras contratações no âmbito deste Órgão.

37. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

37.1. No tocante ao plano de contratação anual, a Secretaria de Estado da Administração - SEAD, publicou a portaria nº 1046, na qual estabelece a prorrogação da obrigatoriedade de elaboração do plano de contratação anual, nos termos a seguir:

"Art. 1º A elaboração do Plano de Contratações Anuais (PCA) e Plano de Contratações Anual do Estado (PCAE) na Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional de direito público do Estado do Rio Grande do Norte será facultativa no ano de 2023, tornando-se obrigatória a partir do ano subsequente."

37.2. Mister, informar que o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, formou comissão que trata do Plano de Contratações Anual - PCA, conforme processo SEI Nº 02810010.001325/2023-86, o qual encontra-se em fase de levantamento para elaboração do planejamento anual para contratações. Apesar do empenho desta autarquia, até o momento, não existe previsão de conclusão dessa demanda, que alinhará os instrumentos de planejamento do órgão, conforme preceitua o art. 9º, IX, da IN 58/2022.

38. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

38.1. Não configura-se necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da execução do instrumento contratual. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de servidores. Considerando todo o exposto, visto que a infraestrutura que possibilitará a prestação dos serviços já encontra-se disponível, não há risco da contratação falhar em relação a adequações do ambiente do órgão, pois tais adequações não se configuram necessárias.

39. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO

39.1. Considerando-se a relevância do fornecimento objeto do presente estudo para a manutenção das atividades do IDEMA, de forma permanente e prolongada, tem-se que a contratação do objeto na modalidade prestação continuada por demanda, pelo período de 1 (um) ano, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, atendendo os requisitos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que a Ata de Registro de Preços permaneça viável economicamente, atendendo, ainda, ao princípio da eficiência.

40. IMPACTOS AMBIENTAIS

40.1. Não há previsão de fortes impactos ambientais, no entanto, a administração privilegiará na contratação a adoção, por parte da contratada, de boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, bem como, o atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental.

41. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

41.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

41.2. Portanto, fundamentando-se por meio dos princípios que regem a Lei Federal de Licitações nº 14.133/2021 e a Constituição Federal de 1988, considerando o conjunto de informações apresentadas, e em atenção ao **Princípio da Motivação** e ao **Princípio da Celeridade**, tendo em vista a necessidade de assegurar a manutenção das atividades deste órgão, no que concerne preservar e assegurar a sua efetivação.

41.3. Conclui-se, **Salvo Melhor Juízo**, pela **viabilidade da contratação**, no que tange aos aspectos econômico-financeiros, pelos benefícios a serem alcançados, e, principalmente, o atingimento dos objetivos institucionais com eficácia e eficiências, sempre respeitando os princípios balizadores da administração pública, sendo, da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

41.4. Portanto, à consideração superior.

CHARLES ROMEIRO GALVÃO

Chefe da Unidade Instrumental de Administração Geral

Natal, 04 de novembro de 2025.

Referência: Processo nº 02810023.003493/2024-48

SEI nº 37430321

ANEXO III

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº __/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA E A EMPRESA _____, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024.

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA, com sede na Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, nº 1701, Tirol, Natal/RN, CEP 59015-350, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.242.166/0001-26, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Sr. WERNER FARKATT TABOSA, nomeado por Ato Administrativo da Governadora do Estado, publicado no Diário Oficial do Estado em 24 de outubro de 2023, inscrito no CPF nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, com sede à _____, nº _____, bairro _____, município _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____ e RG nº _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI nº 02810023.003493/2024-48, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2024 e do respectivo Termo de Referência, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

(art. 92, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021)

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle da aquisição de combustíveis (Óleo Diesel S-10, Gasolina Comum e Arla 32), a serem fornecidos por meio de rede de postos credenciados, mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado (software), com utilização de cartão magnético ou microprocessado, para atendimento das necessidades do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, sob o regime de prestação continuada por demanda, conforme as especificações, condições e quantitativos estimados constantes no Documento de Formalização da Demanda e no respectivo Termo de Referência, que integram este contrato independentemente de transcrição.

1.2. O objeto da contratação compreende a prestação dos serviços de gerenciamento e controle do abastecimento de combustíveis, conforme os tipos, unidades de medida e quantitativos estimados abaixo discriminados, observados os preços unitários vigentes à época do abastecimento, nos termos do Termo de Referência:

SERVIÇO	UND.	QUANT.	VALOR POR LITRO	VALOR ANUAL	
1	Gasolina Comum	Litros	33.600 litros	R\$ 6,95	R\$ 233.520,00
2	Óleo Diesel S10		120.000 litros	R\$ 6,85	R\$ 822.000,00
3	Arla 32		10 galões (200 litros)	R\$ 156,83	R\$ 836,00

1.2.1. Os quantitativos e valores previstos neste contrato são meramente estimativos, não constituindo obrigação de consumo integral por parte da CONTRATANTE, uma vez que o fornecimento ocorrerá sob demanda, conforme as necessidades efetivas do IDEMA, nos termos do Termo de Referência.

1.3. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais:

- 1.3.1. o Termo de Referência;
- 1.3.2. o Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2024;
- 1.3.3. o Estudo Técnico Preliminar - ETP;
- 1.3.4. os demais documentos e anexos que instruem o processo administrativo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O presente contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, em razão da natureza contínua e essencial dos serviços de gerenciamento e controle do abastecimento de combustíveis necessários à manutenção das atividades institucionais do IDEMA, sendo a contratação realizada sob o regime de prestação continuada por demanda, conforme previsto no Termo de Referência.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade econômica, o atendimento ao interesse público e a eficiência administrativa, observado o limite máximo de vigência de até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. A prorrogação contratual não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, ficando condicionada à avaliação da Administração quanto ao interesse público, ao desempenho contratual e ao atendimento das condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

2.4. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo celebrado previamente ao término da vigência contratual.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado caso a CONTRATADA, no momento da análise da prorrogação, esteja submetida às sanções de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública ou de declaração de inidoneidade, observadas as abrangências legais da penalidade aplicada, nos termos da legislação vigente.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, INCISOS IV, VII E XVIII, DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. Para atendimento às demandas decorrentes da execução do objeto contratual, a CONTRATADA deverá disponibilizar canais de atendimento telefônico e eletrônico (e-mail e/ou chat), em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, e aos sábados, das 8h às 13h, bem como atendimento excepcional fora do horário comercial, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, por meio de contato previamente indicado, conforme previsto no Termo de Referência.

3.2. É de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a prestação dos serviços em conformidade com a legislação vigente, as normas técnicas aplicáveis e as disposições deste contrato, não a eximindo de responsabilidade eventual ausência de menção expressa a normas específicas, quando existentes e aplicáveis ao objeto.

3.3. O fornecimento dos combustíveis e a prestação dos serviços de gerenciamento ocorrerão sob demanda, conforme a necessidade operacional da CONTRATANTE, devendo os produtos fornecidos atender rigorosamente às especificações de qualidade, quantidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos de solicitação emitidos pela CONTRATANTE.

3.4. A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da assinatura do contrato, nos termos do Termo de Referência.

3.5. A CONTRATANTE poderá solicitar quaisquer dos itens previstos no objeto contratual, respeitados os limites, as especificações técnicas e os quantitativos estimados definidos no Termo de Referência.

3.6. As solicitações de fornecimento serão realizadas conforme a necessidade operacional da CONTRATANTE, dentro do prazo de vigência contratual e da estimativa de consumo, não gerando obrigação de consumo integral dos quantitativos previstos.

3.7. CRITÉRIOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE

3.7.1. A execução do objeto observará, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, ou normas que venham a substituí-los.

3.7.2. A CONTRATADA deverá adotar, quando aplicável, práticas de sustentabilidade durante a execução dos serviços, em conformidade com o art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 e com o Termo de Referência.

3.7.3. A CONTRATADA deverá cumprir, no que couber, as disposições do inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.8. Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, cabendo-lhe, dentre outras atribuições:

I - verificar a conformidade da execução contratual com as condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;

II - encaminhar as notas fiscais ao Gestor do Contrato, com os subsídios necessários ao atesto;

III - registrar as ocorrências relativas à execução contratual e indicar as providências corretivas cabíveis;

IV - comunicar imediatamente à autoridade competente e aos órgãos de controle eventuais irregularidades verificadas;

V - adotar as providências necessárias à regularidade da execução contratual.

3.9. Compete ao Gestor do Contrato:

I - solicitar, quando cabível, a prorrogação contratual, devidamente justificada;

II - analisar, conferir e atestar a execução do objeto no documento fiscal correspondente;

III - comunicar irregularidades que impactem o atesto ou a execução contratual;

IV - exigir exclusivamente o cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no Termo de Referência;

V - submeter alterações contratuais à autoridade competente, devidamente justificadas;

VI - negociar condições contratuais quando permitido em lei, especialmente nas hipóteses de prorrogação;

VII - registrar nos autos todos os atos relevantes da gestão contratual;

VIII - adotar as medidas necessárias à finalização ou à rescisão contratual, quando configurado descumprimento contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO (ART. 122 DA LEI Nº 14.133/2021)

4.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

4.2. A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza do objeto, que envolve a prestação integrada dos serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis por meio de sistema informatizado e rede de postos credenciados, conforme disposto no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL (ART. 96 DA LEI Nº 14.133/2021)

5.1. Em razão da natureza do objeto e conforme previsto no Termo de Referência, não será exigida garantia contratual para a execução do presente contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO **(art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021)**

6.1. O valor total estimado do presente contrato é de R\$ _____ (_____), apurado com base nos quantitativos estimados e nos valores referenciais constantes do Termo de Referência, sendo o fornecimento realizado sob demanda, conforme a efetiva necessidade da CONTRATANTE.

6.2. O valor contratado compreende a totalidade das despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas de administração, seguros, fretes e quaisquer outros custos incidentes, não cabendo à CONTRATANTE o pagamento de valores adicionais além dos expressamente previstos neste contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALOCAÇÃO DE RISCOS **(ART. 103 DA LEI Nº 14.133/2021)**

7.1. A execução do presente contrato observará a alocação de riscos definida no Termo de Referência do Processo Administrativo nº 02810023.003493/2024-48, nos termos do art. 103 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Compete à CONTRATADA assumir os riscos inerentes à execução do objeto, especialmente aqueles relacionados à implantação, operação e disponibilidade do sistema informatizado de gerenciamento, à manutenção e regularidade da rede de postos credenciados, à qualidade e ao fornecimento dos combustíveis, bem como à segurança e à integridade das transações realizadas.

7.3. Compete à CONTRATANTE assumir os riscos decorrentes de fatos do príncipe, alterações unilaterais do contrato, caso fortuito ou força maior, desde que devidamente caracterizados, comprovados e reconhecidos na forma da legislação vigente.

7.4. A ocorrência de eventos supervenientes que impactem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada pela Administração, mediante provocação da parte interessada, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO **(ART. 92, INCISOS V E VI, DA LEI Nº 14.133/2021)**

8.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e em condições de liquidação, observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura estará condicionada ao recebimento definitivo dos serviços efetivamente prestados, conforme os critérios e procedimentos estabelecidos no Termo de Referência.

8.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada com a identificação do contrato, o período de referência da execução, a discriminação dos serviços prestados e dos valores devidos, bem como acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. O setor competente da CONTRATANTE verificará a regularidade formal e material da documentação fiscal apresentada, inclusive quanto à correta aplicação de tributos e retenções legais.

8.5. Constatado erro, omissão ou irregularidade na documentação fiscal, o pagamento ficará suspenso até a sua regularização, sem que disso resulte qualquer ônus ou atualização monetária para a CONTRATANTE.

8.6. Poderá haver retenção, glosa ou compensação no pagamento, proporcional à irregularidade constatada, quando a CONTRATADA não executar o objeto conforme pactuado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

8.7. Antes de cada pagamento, será verificada a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

8.8. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

8.9. É vedado o pagamento à empresa que possua, em seu quadro societário, servidor público da ativa do órgão ou entidade contratante, nos termos da legislação aplicável.

9. CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE **(ART. 92, INCISO V, E ART. 136 DA LEI Nº 14.133/2021)**

9.1. Os preços contratados são fixos e irredutíveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data limite para apresentação das propostas, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Decorrido o interregno mínimo previsto no item anterior e mediante solicitação formal da CONTRATADA, os preços poderão ser reajustados, observada a periodicidade anual, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, conforme previsto no Termo de Referência.

9.3. O reajuste incidirá exclusivamente sobre os serviços executados após a data-base do reajustamento, sendo vedada a aplicação retroativa.

9.4. Para os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

9.5. Na hipótese de atraso ou de não divulgação do índice de reajuste na data prevista, o reajustamento será calculado com base na última variação oficialmente divulgada, procedendo-se à compensação financeira

correspondente quando da divulgação do índice definitivo.

9.6. Para fins de apuração definitiva do reajuste, será obrigatoriamente utilizado o índice oficial definitivo divulgado pelo órgão competente, sendo vedada a utilização permanente de índices provisórios.

9.7. Caso o índice de reajustamento previsto neste contrato venha a ser extinto, substituído ou se torne inaplicável, será adotado automaticamente o índice oficial que vier a substituí-lo, por determinação legal.

9.8. Na ausência de índice legalmente definido, as partes poderão acordar, mediante justificativa técnica e formalização por meio de apostilamento, a adoção de novo índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do contrato, observado o princípio da preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

9.9. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, não se caracterizando como alteração contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92, INCISOS X, XI E XIV, DA LEI Nº 14.133/2021)

10.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I. acompanhar, fiscalizar e conferir a execução do objeto contratual, por meio de gestor e fiscal formalmente designados;

II. emitir Nota de Empenho em favor da CONTRATADA, observados os limites do valor estimado do contrato e a disponibilidade orçamentária;

III. realizar, quando aplicável, a retenção do Imposto de Renda na fonte, nos termos do Decreto Estadual nº 32.705/2023 e do art. 157, inciso I, da Constituição Federal;

IV. encaminhar à CONTRATADA a Nota de Empenho emitida, preferencialmente por meio eletrônico, ou por outro meio idôneo, quando necessário;

V. permitir o acesso do pessoal autorizado da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, quando indispensável à execução do objeto contratual;

VI. impedir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA executem atividades relacionadas ao objeto do contrato;

VII. fornecer as condições e informações necessárias para a adequada execução do objeto, observadas as normas vigentes e aquelas que venham a ser editadas após a celebração do contrato;

VIII. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à observância das especificações técnicas previstas no Termo de Referência;

IX. solicitar à CONTRATADA a correção ou adequação da execução dos serviços quando constatado descumprimento dos padrões de qualidade exigidos no Termo de Referência;

X. comunicar formalmente à CONTRATADA a ocorrência de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções verificadas durante a execução do contrato, para que sejam adotadas as providências corretivas cabíveis;

XI. verificar, durante toda a vigência contratual, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

XII. rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências contratuais e com o Termo de Referência;

XIII. notificar formalmente a CONTRATADA acerca de eventuais imperfeições na execução do objeto, fixando prazo razoável para sua correção;

XIV. emitir o Termo de Recebimento Provisório e o Termo de Recebimento Definitivo, conforme os critérios e procedimentos estabelecidos no Termo de Referência;

XV. efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na forma e nos prazos estabelecidos neste contrato.

10.2. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto contratual.

o objeto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, INCISOS XIV, XVI E XVII, DA LEI Nº 14.133/2021)

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

I. prestar os serviços de gerenciamento e controle do abastecimento de combustíveis em conformidade com as condições, especificações técnicas, prazos e rotinas estabelecidas no Termo de Referência, observando as normas legais, regulamentares e as boas práticas aplicáveis;

II. implantar, operar e manter em pleno funcionamento o sistema informatizado de gestão de abastecimento, assegurando sua disponibilidade, confiabilidade, segurança e integridade das informações;

III. garantir o fornecimento dos combustíveis por meio de rede de postos devidamente credenciados, em conformidade com as especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos;

IV. responsabilizar-se integralmente por todos os ônus, encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, securitária ou de qualquer outra espécie, decorrentes da execução do contrato, não recaindo sobre a CONTRATANTE qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

V. emitir as notas fiscais ou faturas em conformidade com o § 1º do art. 4º do Decreto Estadual nº 32.705/2023 e com

- as regras de retenção previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, e demais normas aplicáveis;
- VI. manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- VII. responsabilizar-se pela capacitação, treinamento e orientação de seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
- VIII. cumprir e fazer cumprir, por seus empregados e prepostos, as normas internas da CONTRATANTE, quando aplicáveis, bem como as determinações das autoridades competentes;
- IX. não transferir, ceder ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do contrato, em conformidade com o Termo de Referência;
- X. não utilizar o contrato para assumir obrigações perante terceiros, nem dar os direitos dele decorrentes como garantia, tampouco realizar operações de desconto ou cessão de créditos, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- XI. fornecer, quando aplicável, os equipamentos de proteção individual necessários aos seus empregados, observadas as normas de segurança e saúde no trabalho;
- XII. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- XIII. comunicar imediatamente ao Fiscal ou ao Gestor do Contrato qualquer ocorrência relevante que possa comprometer a execução do objeto ou o regular cumprimento das obrigações contratuais;
- XIV. responder por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REDE DE POSTOS CREDENCIADOS

- 12.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter, durante toda a vigência do contrato, rede de postos de combustíveis devidamente credenciados, apta a atender às demandas da CONTRATANTE, observados os critérios mínimos de cobertura geográfica, disponibilidade, regularidade de funcionamento e padrões de qualidade definidos no Termo de Referência.
- 12.2. A rede de postos credenciados deverá permitir o abastecimento dos veículos da CONTRATANTE de forma contínua, segura e eficiente, por meio do sistema informatizado de gerenciamento contratado, sem qualquer restrição indevida ou ônus adicional à CONTRATANTE.
- 12.3. Compete exclusivamente à CONTRATADA a gestão, manutenção, substituição, ampliação ou adequação da rede credenciada, sempre que necessário ao pleno atendimento do objeto contratual, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.
- 12.4. A CONTRATADA deverá promover o imediato descredenciamento de postos que deixem de atender às exigências contratuais, técnicas ou legais, especialmente quanto à qualidade dos combustíveis, regularidade de funcionamento ou conformidade com as normas aplicáveis, sempre que solicitado ou comunicado pela CONTRATANTE.
- 12.5. Eventuais alterações na rede credenciada deverão ser comunicadas previamente à CONTRATANTE, ressalvadas as situações emergenciais devidamente justificadas, garantindo-se, em qualquer hipótese, a continuidade do atendimento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GERENCIAMENTO

- 13.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, implantar, operar e manter sistema informatizado e integrado para o gerenciamento e controle do abastecimento de combustíveis, em conformidade com as especificações, requisitos técnicos e funcionais estabelecidos no Termo de Referência.
- 13.2. O sistema informatizado deverá permitir, no mínimo:
- I. o controle individualizado das operações de abastecimento por veículo, equipamento ou unidade consumidora, conforme parametrização definida pela CONTRATANTE;
- II. o registro, armazenamento e rastreabilidade de todas as transações realizadas, contendo, no mínimo, data, hora, local do abastecimento, tipo e quantidade de combustível, valor unitário e total;
- III. a emissão de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros, com possibilidade de extração em formatos eletrônicos usuais, destinados ao acompanhamento, fiscalização e controle do consumo;
- IV. o acesso eletrônico em tempo real pela CONTRATANTE, com perfis de usuários e níveis de permissão configuráveis, garantindo a segurança das informações;
- V. a possibilidade de bloqueio, desbloqueio e parametrização de cartões ou dispositivos de abastecimento, conforme critérios definidos pela CONTRATANTE.
- 13.3. A CONTRATADA deverá assegurar a disponibilidade contínua do sistema, adotando medidas de contingência, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, de modo a não comprometer a execução do objeto contratual.
- 13.4. A indisponibilidade injustificada do sistema informatizado que venha a comprometer ou inviabilizar o abastecimento ou o controle das operações sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas neste contrato, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, INCISO XIV, E ART. 156 DA LEI Nº 14.133/2021)

14.1. Constituem infrações administrativas, além daquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste contrato:

- I. a indisponibilidade injustificada da rede de postos credenciados que comprometa o abastecimento da CONTRATANTE;
- II. falhas recorrentes ou prolongadas no sistema informatizado de gerenciamento que prejudiquem a execução ou o controle do objeto contratual;
- III. fornecimento de combustíveis em desacordo com as especificações técnicas, quantitativas ou de qualidade previstas no Termo de Referência e neste contrato;
- IV. irregularidades, inconsistências ou fraudes nas operações de abastecimento ou nos registros do sistema de gerenciamento.

14.2. A CONTRATADA que cometer infração administrativa ficará sujeita às sanções previstas nesta cláusula e na legislação vigente, observados o contraditório e a ampla defesa.

14.3. O atraso injustificado na execução do contrato ou no cumprimento das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa, nos seguintes termos:

14.3.1. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso;

14.3.2. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto.

14.4. A aplicação da multa não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas em lei.

14.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

14.6. As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.7. Também ficam sujeitas às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 as empresas ou profissionais que:

I. tenham sofrido condenação definitiva por prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de tributos;

II. tenham praticado atos ilícitos com o objetivo de frustrar os objetivos da contratação;

III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em razão de atos ilícitos praticados.

14.8. A aplicação das sanções administrativas será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

14.9. Na aplicação das sanções, a autoridade competente considerará a gravidade da infração, o grau de culpabilidade, os danos causados à Administração, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da penalidade.

14.10. As multas aplicadas e os prejuízos causados à CONTRATANTE poderão ser descontados dos valores devidos à CONTRATADA, recolhidos aos cofres do Estado do Rio Grande do Norte ou, quando for o caso, inscritos em dívida ativa e cobrados judicialmente.

14.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para ressarcir os prejuízos causados, a CONTRATANTE poderá promover a cobrança do valor remanescente pelas vias administrativas ou judiciais cabíveis.

14.12. Quando determinado pela autoridade competente, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, podendo a CONTRATANTE reter pagamentos pendentes até a quitação do valor devido, observada a decisão do Ordenador de Despesas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, INCISO XIX, DA LEI Nº 14.133/2021)

15.1. O contrato será extinto com o cumprimento integral das obrigações assumidas pelas partes, observado o término de sua vigência ou a ocorrência de qualquer das hipóteses legais de extinção previstas na Lei nº 14.133/2021.

15.2. O contrato poderá ser extinto antecipadamente por iniciativa da Administração ou da CONTRATADA, nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

15.3. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais pela CONTRATADA ensejará a aplicação das

sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da extinção do contrato, quando caracterizada a hipótese legal.

15.4. Na hipótese de extinção do contrato por culpa da CONTRATADA, a Administração poderá adotar as medidas legalmente admitidas para assegurar a continuidade da execução do objeto ou para atender ao interesse público, inclusive mediante contratação direta emergencial, nos termos da legislação vigente.

15.5. A extinção do contrato não exime as partes do cumprimento das obrigações pendentes até a data de sua efetivação, nem prejudica a apuração de responsabilidades ou a aplicação de sanções.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, INCISO VIII, DA LEI Nº 14.133/2021)

16.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta de recursos orçamentários próprios do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, consignados no Orçamento Geral do Estado, observada a disponibilidade orçamentária de cada exercício financeiro.

16.2. Para o exercício vigente, as despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

I. Unidade Orçamentária: Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte;

II. Fonte de Recursos: 0.501.927301 - Outros Recursos não Vinculados;

III. Programa de Trabalho: 27.203.18.122.0100;

IV. Elemento de Despesa: 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

V. Plano Interno: 232901 - Manutenção e Funcionamento.

16.3. As despesas referentes aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver prorrogação contratual, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas nos respectivos orçamentos, devidamente empenhadas.

16.4. A Nota de Empenho correspondente será emitida previamente à execução da despesa, em conformidade com a legislação orçamentária e financeira vigente.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/2021)

17.1. Os casos omissos e as situações não previstas neste contrato serão resolvidos pela CONTRATANTE, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, das normas estaduais aplicáveis, e, subsidiariamente, conforme os princípios gerais dos contratos, a legislação civil, e, quando for o caso, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

18. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS (ARTS. 124 E 125 DA LEI Nº 14.133/2021)

18.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses e limites previstos nos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, observados o interesse público e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

18.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO (ART. 94 DA LEI Nº 14.133/2021)

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a divulgação do presente contrato e de seus eventuais aditivos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como em seu sítio oficial na internet, em observância ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021, ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011 e ao art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO (ART. 92, § 1º, DA LEI Nº 14.133/2021)

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas, para que produza seus efeitos legais, após lido e achado conforme.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO - IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA COMERCIAL EMPRESA LICITANTE

Nome:
Razão Social:
CNPJ:
Endereço completo:
Telefone:
E-mail:
OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Gasolina Comum	33.600	Litros		
02	Óleo Diesel S10	120.000			
03	Arla 32	10 galões (200 litros)			
TOTAL GERAL					

Local, data e assinatura do representante da licitante.

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-